

ENSAIO

“UN SOUFFLE D’ALEMAGNE AYANT PASSÉ”: FRIEDRICH DIEZ, GASTON PARIS E A GÊNESE DAS FILOLOGIAS NACIONAIS*

*Hans Ulrich Gumbrecht***

Für Yakov Malkiel,
Berliner Ehrendoktor im Herbst 1983

FILOLOGIA NACIONAL E ROMANTISMO¹

Romantismo como um período da história cultural e – para ser mais exato – o conceito romântico de nação foram precondições muito importantes para a origem do que agora chamamos de “filologias modernas”. Aceitar esta afirmação faz parte do conhecimento profissional básico, mesmo daqueles filólogos que consideram difícil transformar tais afirmações sobre a concomitância e a causalidade em compreensão histórica. A persistência da reformulação testemunha a versatilidade do seu potencial explicativo, obviamente bem-vindo à moderna filologia, tornando possível relacionar a história da disciplina diretamente com a história intelectual, e, indiretamente, com a *história das mentalidades* e com a história social e política. Também sugere uma analogia (e mesmo uma identidade) entre o entusiasmo romântico pela Idade Média e a posição excepcional dos estudos medievais nos princípios da moderna filologia. Oferece, ainda, uma solução plausível para o problema

* Tradução de Marcia Arruda Franco, Universidade de São Paulo.

** Professor da Universidade de Stanford, Califórnia, USA

¹ A citação no título é de Brunetière, 1922. Embora este artigo possa passar (espero) sem a ironia florida de tal título, teria sido impossível escrevê-lo sem o grande apoio do pessoal *Gundriß der romanischen Literaturen des Mittelalters* na Universidade de Siegen, quer dizer sem o empenho e busca de fontes de Marianne Gbenoba, Claudia Krülls, Gisela Smolka-Koerdts, e Dagmar Tillmann-Bartylla. Os debates do grupo de pesquisa sobre “Conhecimento e Sociedade no Século XX” na Universidade de Bochum (especialmente aqueles encetados com Jürgen Link, Ursula Link-Heer, e Juan José Sánchez), e do meu seminário de graduação em Berkeley sobre a história da história literária (janeiro-fevereiro de 1983) contribuíram de forma significativa para a concepção geral.

de a linguística não ter sido estabelecida no Iluminismo como uma ciência de especulação linguístico-filosófica tendo como objeto a *grammaire générale*, mas ter sido, ao contrário, inicialmente motivada por questões que concernem às origens das línguas nacionais; durante as fases periodicamente recorrentes de coletivo autoexame, também permite aos modernos filólogos críticos “desmascarar” o abuso político da pesquisa como, por assim dizer, a consequência eventual do “nascimento de um trauma nacional”.

Situar o mito fundacional da filologia românica no contexto deste padrão explicativo, porém, equivale a menoscar um modo de argumentação implicitamente multifacetado. Pois a filologia românica surgiu na Prússia (não na França, Espanha ou Itália) – e, além disso, num período em que os intelectuais germânicos estavam acostumados a tomar os franceses por trabalharem como decadentes (*Welsche*). Ela desenvolveu-se numa disciplina acadêmica no sistema prussiano de universidade assim como concebido por Humboldt. Na França, na Espanha e na Itália tal foi estabelecido apenas algumas décadas mais tarde (cf. GUMBRECHT; SÁNCHEZ, 1983), com ênfase tipológica, e, antes de tudo, medievalista – sem a capacidade de se estabelecer separadamente do entusiasmo literário não acadêmico.

Mas por que devemos questionar, pela invocação da história da filologia românica, a útil e bem sucedida ideia de que o pensamento romântico foi a condição da emergência das modernas filologias? Certamente não apenas para refutar esta formulação. Ao contrário, aproveitamos esta oportunidade para problematizar a “noção romântica da ideia de nação” e para defini-la de forma mais nuançada; nosso propósito é reconstruir o conceito romântico de nação, que, de um lado, oferece a possibilidade de dissipar a contradição inerente ao fato de a gênese da filologia românica ter se dado na Prússia; de outro lado, tal nos ajuda a compreender porque na França, por exemplo, uma filologia nacional se desenvolveu apenas na segunda metade do século XIX – quer dizer, bem depois do fim do Romantismo como período da história das ideias. Em outras palavras, a consideração de diferenças regionais nas origens da filologia românica e das várias filologias nacionais em países de fala românica nos levará a refinar a noção do conceito romântico de nação como típico do contexto sob o qual emergiu em cada caso, e a transpô-la numa estrutura de demanda contextualizada. Se tivermos sucesso em refinar o conceito romântico de nação, nosso inquérito sobre a história da disciplina acadêmica iria antes de

tudo tornar-se relevante para uma *história das mentalidades*. Em segundo lugar, tentaremos estabelecer uma tese no campo da história das ideias, nomeadamente que durante o século XIX os precursores da ciências sociais e históricas modernas na Alemanha e na França trabalharam dentro de diferentes *horizontes de totalidade*.² Finalmente, deve ser do interesse da teoria literária entender que o *status* da germanística na Alemanha, da filologia românica, na Alemanha, e da filologia nacional, na França, são diferentes, mesmo agora, por conta das condições históricas especiais em que cada uma emergiu.

Claro que a distinção entre os objetivos da história das mentalidades, da história literária, e da história das ideias, ainda não nos oferece um padrão para a reconstrução (ou para a reconstituição da narrativa historiográfica) deste espantosamente prolongado processo histórico que liga a emergência da filologia românica na Alemanha com a gênese da filologia nacional na França. A seguinte reconstrução das fases individuais, portanto, procede cronologicamente. Mas não queremos considerar a origem das filologias modernas na Alemanha e na França implacavelmente em todas as suas inter-relações; antes, queremos concentrar-nos numa contingência contextual específica em cada fase. Em relação à primeira década do século XIX, o foco será a (inicial) fascinação romântica com a alteridade histórica e cultural (Parte 2); para os anos 1810-1820 analisaremos os diferentes horizontes de totalidade das recém-criadas ciências históricas na Alemanha e na França (Parte 3); a universidade concebida por Humboldt e o meio cultural da monarquia burguesa será o foco de nosso interesse com a ajuda de material do segundo quartel do século (Parte 4); a Parte 5 lidará com a competição entre o cânone da literatura clássica nacional (para a sua gênese cf. GUMBRECHT, 1985b) e a emergência dos estudos de literatura medieval na França depois de 1850; e concluiremos contrastando as disciplinas vizinhas, germanística e filologia românica, na Alemanha até o final do século (Parte 6).

Ao aplicarmos a metáfora “primeiros passos necessários” a esta tentativa de pôr a história da filologia românica dentro de diferentes horizontes de totalidade e em relação à história das mentalidades, à história das ideias, e a estruturas acadêmicas, não se trata meramente de uma *captatio benevolentiae*. Isto é verdade, primeiro, pelo fato de que estruturamos esta história sob o ímpeto de uma constelação específica de problemas históricos (gênese na Alemanha/

² A este respeito a discussão que se segue é um desenvolvimento posterior de uma linha de argumentação levada a cabo em Gumbrecht (1985a).

adaptação tardia do paradigma na França) e a combinamos com os interesses cognitivos atuais, especialmente com o objetivo de refinar o conceito romântico de nação. Em segundo lugar, e, especialmente, a metáfora dos “primeiros passos” indica uma espantosa discrepância entre um genuíno excesso de material relevante (a maior parte coletada no fim do século XIX sob uma perspectiva biográfica) e a falta absoluta de uma perspectiva integrativa que possa dar vazão à narrativa da história da disciplina. A solução que propomos, nomeadamente, a reconstrução da história da filologia românica em cinco fases, tem, portanto, o *status* de hipótese preliminar.

Aceitar a estrutura proposta de apresentação, claro, dependerá da avaliação do ponto de partida discursivo (“discurso” definido por CERQUIGLINI; GUMBRECHT, 1983, p. 586-ss). Como a noção pragmaticamente interpretada de gênero literário, o conceito de “discurso” pode ter o seu lugar na convergência (relativamente complexa), de um lado, de configurações de conhecimento social, e do outro, dos requisitos impostos pelo quadro de sua emergência e uso. Nós tentaremos entender como certas configurações de conhecimento produziram instituições (esquemas para ações típicas multifacetadas) e como estas instituições então modificaram tais configurações. Concentraremos, entretanto, menos no conhecimento da história cultural que precedeu a emergência da moderna filologia, ou que foi produzida por ela depois, e, sim, na estratificação das premissas concernentes ao valor e à função de tal conhecimento. Nossa questão central pode agora ser formulada – mais precisamente – como pertencente à necessidade inerente à ideia romântica de nação, que iniciou a produção do conhecimento da moderna filologia. Ao especificarmos tais interesses por meio da articulação de noções da análise dos discursos, torna-se claro o motivo de termos nos concentrado principalmente em prefácios e em escritos programáticos como objetos de nossa análise. Mas esta seleção engloba apenas um de nossos intencionados pontos de focalização. Além disso, nos concentraremos (sem nos confinarmos a elas) nas observações de dois heróis dos primórdios da história da filologia moderna: Friedrich Christian Diez representa – sem surpresas – a gênese da filologia românica fora do Romantismo alemão; Gaston Paris corresponde aos começos da disciplina de estudos literários medievais na França, e consideraremos a sua obra – e isto é menos evidente – como a fase constitutiva da filologia nacional francesa. Não nos desculparemos pelos traços anedóticos que emergem deste segundo

foco; eles devem nos ajudar a elucidar o fato de a reconstrução por meio da análise do discurso preencher a tarefa historiográfica de retomar o passado (cf. GUMBRECHT, 1982, para este e para o próximo conceito programático) – portanto compreendendo o sempre necessário alto grau de abstração.

FASCINAÇÃO PELO PASSADO: O ILUMINISMO VERSUS AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS ROMÂNTICAS COM A ALTERIDADE

Características do Romantismo sob a perspectiva da história das mentalidades e da história das ideias são a sua abordagem do culturalmente “outro”, uma abordagem cuja motivação permanece na penumbra (logo o termo “fascinação” ao invés do “interesse”),³ e a sua evocação das diferenças culturais, uma evocação em que os elementos estrangeiros são mantidos e mesmo enfatizados (logo “alteridade” e não “apropriação”). Se aceitarmos o *status* especial do passado remoto de um povo nesta fascinação exercida pela alteridade, então já teremos encontrado a explicação para a conexão entre o Romantismo e as filologias nacionais. Mas ainda devemos perseguir a especificidade histórica. Por um lado, durante o Iluminismo, a alteridade da Idade Média europeia já desempenhava um importante papel (é só lembrar do Nathan, de Lessing, ou do Neuer Amadis, de Wieland, junto com o conceito do “selvagem nobre”, de origem diversa, e do “Oriente distante”); por outro lado, a experiência romântica da alteridade não está limitada ao passado remoto do período medieval (como pode ser mostrado com o exemplo o *Westöstlicher Divan*, de Goethe, ou com os índios naturais e iluminados de Chateaubriand). Nem é possível resolver o problema de diferenciar entre o Iluminismo e as primeiras experiências românticas da alteridade pela invocação da tese de que ocorreu um desvio quantitativo dos tópicos do Orientalismo para os do medievalismo, embora a questão não possa ser ignorada, pois sem uma explicação não haveria fim a série de “descobertas” feitas pelos fundadores (iluministas), pré-românticos, das filologias modernas.

Se levarmos em conta apenas os conteúdos do Iluminismo e da fascinação romântica pela alteridade, uma linha de demarcação não pode ser traçada, mas é possível alcançar tal objetivo por meio da análise da função desempenhada pela evocação do conhecimento da cultura do outro naquele período. A identidade

³ Não se trata aqui de tipos de fascinação antropológicamente construídos, cujo desenvolvimento sugeri, seguindo as pegadas do germanista e teórico da literatura Hugo Kuhn (cf. GUMBRECHT, 1979a).

histórica do Iluminismo consiste na chamada crítica antropocêntrica (baseada na Razão ou Natureza) de estoques de conhecimento que foram transmitidos pelas formas da sociedade feudal, e a promessa de que o conhecimento problematizado e eliminado sob o ímpeto de tal crítica seria substituído por um conhecimento “definitivamente adequado à realidade”. O conhecimento tradicional adquirido por estas complexas normas de comportamento relativas aos diversos níveis da sociedade medieval estratificada era cada vez mais visto como insuficiente, e não servia mais como um modo de diferenciação, porque a sociedade – uma vez vista como um complexo integral – desagregou-se em subsistemas sociais.⁴ O “selvagem nobre”, o “sábio oriental”, e – algumas vezes ao menos – o “cavaleiro medieval” também foram modelos de identidade, *tomados conscientemente como alternativas críticas ao generalizado “outro” do mesmo período* (seguindo a previsão de Soeffner).⁵ A redenção ou transcendência de tais alternativas no futuro das sociedades aparecia em princípio alcançável, e não é preciso dizer que, na seriedade que tende a caracterizar os textos iluministas, algum tipo de recepção não era impossível (ou era mesmo óbvia), na qual a força de tais alternativas se transformavam em oportunidade e possibilidade de escapar à realidade. A pragmática do conhecimento acerca do culturalmente outro no Iluminismo não excluiu a seleção e a amplificação do conhecimento medieval, mas tal não explica porque este perdeu a sua prioridade no século XVIII; estruturas de sentido do clímax do feudalismo não eram bem adequadas para problematizar outras estruturas que ultrapassaram a sociedade medieval, quer dizer, as regras de comportamento do século XVIII, de acordo com as posições sociais.

O Iluminismo estabeleceu por toda a Europa uma expectativa dum futuro contentamento social, e a Revolução Francesa foi vista pela maioria dos intelectuais europeus como um começo esplêndido para a realização desta expectativa. Tal combinação virou um fardo muito pesado para aqueles países, nos quais insurgiu a “revolução burguesa” e que se autorrepresentavam como realizadores das promessas do Iluminismo. No final da década revolucionária, especialmente na França, a divergência entre o autorretrato oficial do Estado e a experiência cotidiana deve ter passado a ser a estrutura dominante

⁴ Sobre o processo histórico implicado na transição entre “sociedades estratificadas” e “funcionalmente diferenciadas”, e as suas consequências para a formação da identidade, cf. Luhmann (1980); sobre a sua relevância para a história literária, cf. Galle (1981).

⁵ Para material pertinente sobre o século XVIII ver Krauss (1978, p. 32-ss; 120-ss).

da experiência.⁶ O que era oficialmente chamado “liberdade individual” transformou-se no dia a dia no problema de construir uma identidade na ausência de qualquer padrão de identidade; um futuro aberto ao progresso virou um futuro amedrontador e desconhecido; a pretensão de ter eliminado o antagonismo entre a sociedade e o indivíduo deu lugar à obrigação de cada indivíduo se autogovernar. Aquelas formas de comunicação que chamamos “literatura”, a partir de então, ocuparam uma posição funcional nova: a *mediação* entre os níveis do conhecimento oficial e da experiência cotidiana. Parece haver dois modos de realização deste efeito: reconciliação, quer dizer, a sugestão, mediada pelo leitor, cuja experiência da tensão entre conhecimento oficial e experiência cotidiana seria anulada no futuro próximo ou mesmo tornada irreal; compensação, quer dizer, o preenchimento das promessas iluministas dentro do espaço ilusório da comunicação literária. Naqueles países tais como a Alemanha, onde, nos inícios do século XIX, uma mediação entre o conhecimento oficial de um novo Estado e a experiência do dia a dia não era requerida, a “literatura” pôde pelo menos reagir contra o desapontamento ante as expectativas do Iluminismo – importadas no curso da Revolução Francesa – para o futuro da sociedade.

É por isto que a perspectiva sob a qual os primórdios da literatura romântica lidaram com a culturalmente “outro” diferiu acentuadamente daquela do Iluminismo. Tal conhecimento cultural não era mais dirigido contra as estruturas coletivas de sentido institucionalizadas, mas sim endereçadas ao leitor individual como um padrão para a construção da identidade mediadora entre o conhecimento oficial (ou as aspirações do Iluminismo) e a sua experiência cotidiana. Atrás desta mediação estava a consciência “sentimental” de que tal construção identitária – alcançada apenas dentro dos limites da comunicação literária – nunca poderia ser redimida na vida do dia a dia. August Wilhelm Schlegel explicou tal estado de coisas no seu *Vorlesungen über schöne Literatur* (SCHLEGEL, 1965 [1802-1803]) e a interpretou de um modo não racionalista – fácil de entender, considerando o contexto histórico:

A essência da arte verdadeira e da poesia não pode ser assombrada por um entendimento sofista [...]. Ela nos reclama o temperamento total que emana dos mais íntimos pensamentos dos eleitos, e conseqüentemente

⁶ Sobre os fardos que afetaram a psique coletiva subsequente à Revolução e sobre a sua realização literária, cf. Luhman (1982); Gumbrecht (1979b; 1983).

deve dedicar-se a ela o ser interior com amor e prudência, a fim de ser admitido no mais sagrado dos sagrados. Então aí surge uma convicção muito mais animada do que qualquer coisa a ser produzida especulativamente na ignorância da criação da poesia e da arte, para o efeito que ambas originaram na tendência essencial da humanidade, algo infinito e eterno, e, portanto, divino enquanto objeto, ao qual o nosso temperamento retorna em seu infinito anseio, mesmo se ocasionalmente suprimido através da prevalecente força do eterno e do terreno, com o propósito de captá-lo numa rápida entrevisão de seu próprio esplendor, para recobrar a sua própria ideia, e para reforçar e intensificar o seu brilho através da imagem de sua mais perfeita harmonia, no meio de seus esforços lacunares e fragmentados na realidade comum (SCHLEGEL, 1965 [1802-1803], p. 12).

A fascinação inicial romântica com a alteridade contrasta com a versão iluminista deste fenômeno por meio da sua valorização da individualidade como uma atitude de recepção, por meio do seu “sentimentalismo”, e por meio da sua oposição à razão como uma categoria poética (e conseqüentemente ao classicismo como a sua forma de realização). Um aspecto, no entanto, é compartilhado pelo primeiro Romantismo e pelo Iluminismo: ambos consideram que seus conteúdos e efeitos são válidos para *todas as nações* (o Romantismo tardio se desviará desta posição). Nas palavras de Ludwig Uhland e – uma vez mais – nas de August Wilhelm Schlegel:

Ainda que jurasse a você pela Virgem Mãe: A Alemanha, indo às bibliotecas de Paris, busca o que está enterrado ali dos tesouros da antiga poesia alemã. Eles estão lá dormindo, as donzelas encantadas, com tranças de ouro velando suas faces. Avante, bravos cavaleiros! Quebrem o feitiço! Eles acordaram com sopro ardente, jogando para trás as tranças douradas, levantando os seus sonhadores olhos azuis. Olhe não apenas para as antiguidades germânicas; observe também os dias românticos da velha França! Um espírito de cavalaria preside toda a Europa (UHLAND apud RICHERT, 1914, p. 34).

A dúvida que ainda paira aqui e ali sobre se realmente se trata, então, de poesia romântica, quer dizer, caracteristicamente moderna, não formada sobre os padrões da antiguidade [...], é interessante não apenas numa base temporal ou nacionalista, mas universal e imorredoura; tal dúvida, digo, espero dissipar satisfatoriamente (SCHLEGEL, 1965 [1802-1803], p. 14).

O Romantismo inicial invoca uma perspectiva ideal da identidade individual por meio da alteridade cultural que ao mesmo tempo é inalcançável

dentro do contexto de seu próprio tempo. Mesmo se considerarmos a (anteriormente explicada) função compensatória desta atitude como uma característica geral da “literatura burguesa”, se esta atitude “romântica inicial” tipologicamente virá a ser o modo dominante da experiência cultural da alteridade na França algumas décadas mais tarde, é compreensível e bem reconhecido que a experiência sentimental da alteridade na França permaneceu marginal enquanto as esperanças para a realização das promessas iluministas puderam se sustentar no novo Estado. Uma experiência específica de contraste nos círculos intelectuais germânicos baseia-se neste fato, que levou aos ainda correntes clichês de associação entre o “espírito alemão” e o Romantismo de um lado, e o “espírito francês” e o Classicismo, do outro.

Afinal, a poesia romântica é indiscutivelmente mais próxima de nosso espírito e temperamento do que a clássica; eu temo que a admiração por esta última, tão largamente disseminada, sempre tenha sido e ainda seja resultante da autoridade (SCHLEGEL, 1965 [1802-1803], p. 19).

No que concerne aos franceses, espero emendar aquilo de que sou culpado em relação ao mais moderno deles, através do meu cândido dismantelar dos velhos monumentos de sua língua e literatura, na medida em que foi possível para mim até agora tomar conhecimento deles. Estes são injustamente negligenciados por eles. Quase se envergonham deles. Ao menos os autores que os fizeram conhecidos (sempre numa forma mutilada e modernizada) oferecem quase constantes desculpas para associá-los com tal fenômeno bobo e infantil [sic] diante dos olhos do bom gosto iluminista [...], desde que de outro modo normalmente a sua supersticiosa fé na antiguidade (o que na maior parte é uma crença muito verdadeira) refere-se a um período mais remoto. Logo eles são apenas supersticiosos sobre a sua literatura até a época de Luís XIV e não têm veneração pelo que é mais antigo (SCHLEGEL, 1965 [1802-1803], p. 24-ss).

Contra o pano de fundo da experiência romântica inicial com a alteridade na Alemanha, não há contradição entre a fascinação com a Idade Média francesa e algum distanciamento das realizações e políticas iluministas. Esta é a chave para entender a biografia de Friedrich Diez e a gênese da filologia românica nas universidades alemãs no início do século XIX. Sob a influência do jovem filólogo clássico e arqueólogo, da escola secundária e da universidade de sua cidade natal Giessen, Friedrich Gottlich Welcker,⁷ Diez tornou-se um admirador

⁷ Welcker seria, mais tarde, responsável por Diez ter sido chamado para a Universidade de Bonn.

da história e da cultura italianas; em 1814 o mesmo Welcker liderou um grupo de estudantes patriotas – entre eles Diez – contra as tropas de Napoleão (cf. CURTIUS, 1947, p. 395). A capacidade de passar por experiências culturais, no entanto, permaneceu ilimitada para Diez:

Ela é incontrovertidamente verdadeira e constante; ela está plantada nas vidas de todos os povos; a sabedoria da poesia a todos os lados proclama apenas a emoção, o amor, tudo assombra. Como aquela planta que revela a primavera para o andarilho, as criações intelectuais dos povos levam significativamente para o rio da eternidade (apud CURTIUS, 1947, p. 397).

É espantoso que tal capacidade para a experiência de cultura universal não parecia contradizer o nacionalismo agressivo das associações estudantis (*Burschenschaften*), como uma entrada no álbum de Diez testemunha (BEHRENS, 1895, p. 136):

Ao pai da terra
Minha espada livre consagro.
Para a terra de toda honra
Eu garanto eterna fé.

Simb.:
Alemão e bom
Ou para a guilhotina
Com o clã francês
Para o tempo em que a nova
Liberdade da Alemanha floresce

Do seu amigo e irmão alemão
Ludwig Weidig (tenente) de Darmstadt

Embora estejamos acostumados a associar a experiência romântica com o nacionalismo romântico, é difícil encontrar a conexão entre o nacionalismo belicoso do jovem *Burschenschaftler* e a sede de conhecer todas as culturas encontradas no leitor Diez. Mas tais atitudes pertencem a dois tipos de situação e a duas funções diferentes, as quais apenas nas décadas seguintes vão sobrepor-se e finalmente se fundir: a formação de uma identidade coletiva no círculo das associações estudantis e o processo de individualização por meio de atos solitários de leitura, através das quais a experiência adquirida podia ser

compartilhada pelo menos pelo único amigo do peito. O mundo da leitura individual estava longe do mundo social da amizade, e a possibilidade de distanciamento tornar-se-ia um necessário pré-requisito no desenvolvimento de Diez para a vida acadêmica, bem retirado da rotina diária, não importa quão antagônicos se tornassem os efeitos dessas duas formas de enlaçamento. Em 24 de junho de 1814, o melhor amigo de Diez, Carl Ebenau, escreveu as seguintes linhas em seu diário:

No dia 24, Fritz veio por volta do final da tarde [...]. Como esperava, tornei-me rico e inteiro de novo com a presença do meu querido e amado amigo com quem eu concordo em tudo. Ele mais uma vez exercitou um maravilhoso poder sobre o meu ser, tal que, desde o momento em que o vi de novo, foi como se o que até ali tinha sido uma quieta ruminção desdobrada em mim de repente se apoderou de mim com força e claridade. E se, inseguramente e sem consciência, eu tivesse de escolher entre uma vida feliz na qual agarrar o presente vigorosa e despreocupadamente ou viver uma existência terrena, meu espírito batalhando e lutando pelo sol do belo e verdadeiro, a que tudo o mais se sujeita, e subordinado à alegria da vida e sociedade [...] [?], então com um novo amor abraçaria uma vez mais o elevado mundo do belo e verdadeiro, senti-me grande e exaltado por seu espírito eterno, e reconheci que eu pertencia e este lugar, e somente no reino espiritual, do qual tinha uma premonição, podia eu encontrar a minha paz e a imagem da vida e do eu que pairavam ante mim. Fritz recuperou o céu de novo para mim. Ele recuperou para mim o ideal que fora do amor pela humanidade e realidade eu quase repudiei para dar um fim às contradições e obstáculos experimentados frequentemente, preferindo desistir também do vulgar e do banal ao invés de continuar com o conflito por mais tempo (apud BEHRENS, 1895, p. 154).

E na mesma entrada para o dia 26 de junho do mesmo ano:

Eu imaginei que vivia há séculos atrás, vi cavaleiros e damas passeando na alameda e experimentei um sentimento intenso do eterno, como das grandes figuras do passado cujas almas pairavam em volta de nós e com quem nos uniríamos algum dia [...]. Em tais horas de riqueza como estas, flutuar para a terra abençoada de perpétua exaltação, que eu desejava mais do que qualquer coisa na vida, a morte e o nada eram palavras furadas (apud BEHRENS, 1895, p. 154-ss).

Em 1813, no ano da Batalha de Leipzig, Madame de Staël, no seu exílio inglês, escreveu o prefácio para o *De Allemagne*; ela parece referir-se à

própria tensão entre uma experiência da alteridade baseada no processo de individualização e uma experiência baseada na formação da identidade nacional. Esta tensão pode ser observada durante os anos de estudante de Diez:

Os alemães sempre tiveram o demérito de se deixar convencer pelos sonhadores. Os indivíduos devem se resignar ao destino, mas as nações jamais, porque são somente elas que podem comandar tal destino: uma vontade a mais, e o mal será domado [...]. O quadro da literatura e da filosofia parece bem estrangeiro no momento atual; enquanto isso será talvez doce a esta pobre e nobre Alemanha se recordar de suas riquezas intelectuais no meio dos estragos da guerra (STAËL, 1968 [1813], p. 42-ss).

A esperança aqui expressa de que a Alemanha complete o passo da individualização para a identidade nacional foi alcançada – não menos nos movimentos estudantis. Os censores de Napoleão, claro, se deram conta de que os escritos dela se armavam contra o Império, indiretamente como um encorajamento aos inimigos, e diretamente como crítica. Madame de Staël – como August Wilhelm Schlegel antes dela – ofenderam-se com o Império porque ele se distanciava do passado cultural da nação francesa. O duplo ataque foi perfeitamente bem entendido, como se evidencia por ter sido banida a publicação do *De Allemagne*, que também causou a expulsão da autora, no documento assinado pessoalmente pelo ministro da polícia, o duque de Rovigo: “Vossa última obra não é de maneira nenhuma francesa; e fui eu que suspendi a sua impressão”. E: “Pareceu-me que o ar deste país não vos convém de modo nenhum, e nós não somos ainda reduzidos a procurar os modelos nos povos que vós admirais” (citado no prefácio da autora, cf. STAËL, 1968 [1813], p. 39). Madame de Staël lida com uma ruptura entre uma educação baseada nos conceitos do individualismo e fincada no nacionalismo, e uma perspectiva que ela aponta ser especialmente importante contra o pano de fundo de nosso interesse na história da disciplina: as universidades alemãs – diz Madame de Staël – deveriam ocupar uma posição de liderança na Europa, mas a estrutura do poder político no país impede os feitos acadêmicos de influenciarem a vida pública:

Todo o norte da Alemanha é cheio de universidades das mais sábias da Europa. Em nenhum país, nem mesmo na Inglaterra, não há tantos meios de se instruir e de aperfeiçoar as suas faculdades. A que se deve então que à nação falte energia, e que ela pareça em geral pesada e

estúpida, já que ela encerra um pequeno número de homens talvez os espíritos mais vivos da Europa? É à natureza dos governos e não à educação que se deve atribuir tal contraste singular. A educação intelectual é perfeita na Alemanha, mas tudo se mantém na teoria [...]. Uma distância imensa separa os espíritos de ordens primeira e segunda porque não há nenhum interesse, nem objeto, nem atividade, para os homens que não se elevem à altura de concepções mais vastas. Aquele que não se ocupa do universo, na Alemanha, não tem de verdade nada a fazer (STAËL, 1968 [1813], p. 137-ss).

Ao escrever tais palavras Madame de Staël antecipou – fortuitamente? – dois problemas para a constituição de uma consciência nacional alemã que teria uma enorme importância nos anos subsequentes: a correlação de uma experiência cultural da alteridade com uma emergente identidade coletiva, e a mediação entre a instrução acadêmica e pesquisa, de um lado, e a vida cotidiana e o público, do outro.

HORIZONTES DE TOTALIDADE: HISTÓRIA NACIONAL VERSUS CIÊNCIA DO HOMEM

O Natal de 1812 foi marcado pela publicação, em Berlim, do primeiro de dois volumes da coleção dos Irmãos Grimm, *Kinder und Haus Mürchen*. O seu prefácio mostra que a fascinação por uma experiência da alteridade, no sentido dos primórdios do Romantismo (e sua mediação pelo leitor), foi mesmo a motivação do editor – ainda que a tradição de lendas folclóricas conote em primeiro lugar uma distância social e só em segundo uma histórica. Em todo caso, a nação como objeto de referência ainda não tinha aparecido:

Foi talvez o tempo exato de retomar aquelas estórias, uma vez que aqueles que levaram a cabo a sua preservação estão ficando cada vez mais raros [...]. Enquanto estão ainda disponíveis, elas existem então num estado em que ninguém pensa se são boas ou más, poéticas ou insípidas. Elas são conhecidas e amadas porque foram recebidas desse modo, e se fica encantado com elas sem motivo nenhum para isso. A tradição é tão encantadora, a partir de tudo que esta tradição compartilha com o imortal, que se está bem disposto em relação a ela mesmo contra a própria vontade [...]. O que quer que tenha sempre provocado um novo prazer, movido e instruído, de tal modo variável, carrega em si mesmo as sementes de sua própria necessidade, e certamente irrompeu daquela fonte eterna que jorra o seu mistério sobre toda a vida, mesmo se colhida numa única gota escorrendo da pequena pétala, ainda cintilante no primeiro enrubescer da alvorada (PANZER, [s.d.], p. 56).

Quando Jacob e Wilhelm Grimm, inspirados pelo inesperado e impressionante sucesso de sua coleção de contos folclóricos, prepararam o segundo volume, em 1814, o prefácio logo invocou a formação duma identidade nacional, no horizonte de sua própria obra e dos textos recomendados. Para ser mais preciso, a constituição da identidade pessoal não mais se separaria da mediação de uma consciência nacional, e os esforços acadêmicos do editor adquiriram uma nova dignidade por meio da referência à formação de tal consciência:

Nada é mais confiável e ao mesmo tempo mais certo do que aquilo que se junta de duas florações, que, antes separadas, correm juntas no mesmo leito. Nestes contos folclóricos ressoa o mito germânico que havia sido consideravelmente perdido, e temos certeza de que, se fossemos vasculhar os quatro cantos de nossa pátria, seriam encontrados tesouros ainda não notados, transformando-se de formas insuspeitadas. Eles ajudarão a estabelecer uma ciência da fonte ancestral de nossa poesia [...]. Desejamos enquanto isso, por meio da nossa coleção, mostrar não apenas que a história da poesia pode prestar um serviço, mas ao mesmo tempo é nossa intenção que a própria poesia viva produza tal efeito, dando prazer, se ela puder, de modo que possa assumir a função de um livro de instrução [...]. Mas tudo aqui coletado a partir da tradição oral, na sua origem tanto quanto no seu desenvolvimento, é puramente alemão e sem ser emprestado de outro lugar, como pode ser facilmente provado, mesmo por indicações superficiais, nos casos específicos em que se queira discutir isto (PANZER, [s.d.], p. 343-s).

É possível que a articulação de certas atitudes em setembro de 1814, tenha sido consequência das mudanças políticas de 1813. Em qualquer evento de dois anos antes, Jacob e Willhelm Grimm não poderiam ter-se expressado desta maneira; que a Batalha de Leipzig e o tempo depois dela foram uma catálise para o novo conceito de nação não é algo que possa ser excluído. Nossas questões principais, no entanto, dizem respeito, sobretudo, aos problemas de como justapor os modos estruturais da experiência da alteridade e a formação da identidade numa perspectiva tipológica. A identidade nacional – como representação da identidade coletiva – parece depender – pelo menos para os primórdios do século dezenove – da experiência de contos folclóricos antigos e de formas historicamente remotas da cultura medieval, as quais podem ser objetivadas como pertencentes a um “povo”. Visto na perspectiva de seu próprio período, o conceito de “nações” é um *horizonte de totalidade*, cuja tarefa

constante é concretizar e preencher o seu conteúdo com elementos até aqui estranhos. O apelo de Joseph Görres em 1814 (in GENTRY, 1977, p. 15) para a conclusão da Catedral de Colônia mostra muito claramente como a restauração do Império medieval estava correlacionada à descoberta da cultura nacional: “Em sua dilapidada incompletude, em seu abandono, ela se transformou numa imagem da Alemanha, a partir da confusão de línguas e pensamentos; possa ela então também virar o símbolo do novo Império que desejamos construir!”.

O conceito de nação é aqui situado entre a experiência do fim duma época decadente de crise e o horizonte futuro de glória do novo Império. Esta posição histórica explica duas coisas: primeiro a sua estrutura diacrônica como o horizonte de totalidade da “história nacional”; segundo, a investida em múltiplos esforços do Estado para incrementar e mediar o conhecimento da história da nação como conhecimento oficial. É por isto que a filosofia da história e a história nacional desempenharam um papel muito importante nas universidades alemãs do período. Já em 1810 a primeira cadeira de língua e literatura alemãs foi estabelecida na recentemente fundada Universidade de Berlim, e entre 1806 e 1815 apareceram nada menos do que quatro edições do *Nibelungenlied*, das quais uma foi designada para ser usada “no campo e nas tendas” pelos soldados alemães na guerra que começou em 1813 (ROSENBERG, 1981, p. 44).

A história da epistemologia e a história política desta época foram mediadas pelo conceito de nação. Mas isto não significa que o novo horizonte acadêmico de totalidade se referia apenas à história nacional num sentido restrito. Ao contrário, foi o pensamento histórico que prevaleceu na Alemanha como estilo intelectual dominante. Neste contexto é característico que a obra inicial de Franz Bopp, *Über das Konjugationssystem der Sanskrit-Sprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache* esteja no limiar da tradição da história linguística, vinda a lume em 1816, e que Bopp tenha ido para Berlim como professor universitário de Literatura Oriental e Linguística Geral. Michel Foucault interpretou a obra inovadora de Bopp dum outro ponto de vista: ela marcou o fim de uma convicção, ainda defendida pela filosofia linguística do Iluminismo tardio, de que “entre” os sistemas conceptuais das línguas específicas pode ser encontrado um sistema ideal de representação que conecta todas as línguas por meio de constantes antropológicas (FOUCAULT, 1966, p. 292-307). Os estudos linguísticos não

buscaram mais encontrar uma estrutura singular predominante do espírito humano, mas – mesmo se o horizonte de tópicos por ela oferecido fosse tão amplo como nas obras de Bopp – ele se dirigiria às origens de línguas diferentes e de famílias linguísticas nas quais presumidamente se poderia “descobrir” o “espírito do povo” como um sujeito coletivo criador que se desenvolve no curso da história.

Foucault interpreta a linguística histórica criada por Bopp como o sintoma de uma episteme oitocentista pan-europeia. Nas passagens relevantes de seu livro que fez época, **As palavras e as coisas**, a restrição a autores alemães (além de Bopp, encontramos Jacob Grimm e Friedrich Schlegel) é tão significativa como o fato de a obra de Bopp ter sido traduzida para o francês apenas na segunda metade do século XIX,⁸ embora tenha sido discípulo dos *idéologues*. Foucault descreve a ciência do homem como uma episteme oitocentista pan-europeia que se caracterizava pela nova experiência do eu como sujeito e objeto do conhecimento, e por uma confiança perdida na possibilidade de uma adequada representabilidade dos seres, mas também por uma *historicidade dos seres*; em contraste com este conceito gostaríamos de formular a tese de que – pelo menos nos primórdios do século XIX – os horizontes de totalidade na Alemanha (Prússia) de um lado e na França de outro eram muito diferentes. Enquanto na Alemanha o *pensamento histórico* dominava, como acabamos de mencionar, na filosofia da história, na história nacional, na linguística histórica, e assim por diante, na França, a rede sincrônica da *ciência do homem*, esboçada durante o Iluminismo, não deslocou sistemas obsoletos, ainda que integrada nas novas instituições de ensino que começaram na época do Império.⁹ Tal pode ser ilustrado pelo uso enfático da noção metodológica de “observação” na França deste período (cf. HÜLTENSCHMIDT, 1983, p. 127), e pelo, por exemplo, prefácio às *Leçons de littérature et morale*, o livro padrão da instrução literária nos liceus franceses entre 1802 e 1814; nele lemos que cada “peça desta coleção [...] [é] de uma vez e ao mesmo tempo uma leitura da humanidade, na justiça, na religião, na filosofia, de forma não egoísta e concernindo a esfera pública” (apud LÜSEBRINK, 1983, p. 127).

⁸ Para o contexto intelectual em que Bopp trabalhava, cf. Oesterreicher (1983, p. 187-ss).

⁹ A mudança no papel do filósofo nas décadas dos dois lados no ano 1800 demonstram dum modo exemplar como estas novas instituições canalizavam as formas de comunicação e de produção do pensamento do Iluminismo.

Tal distinção dá vazão a uma óbvia e consequente diferença entre as redes de sentido nos mundos acadêmicos alemães e franceses na virada dos séculos dezenove para o vinte, facilmente compreensível porque os discursos científicos novos na França não se constituíram numa situação histórica específica entre a decadência e o novo começo, mas, ao contrário, devem ser vistos como o cume de estruturas epistemológicas sincrônicas do Iluminismo e como o preenchimento de suas promessas de progresso sobre o entendimento humano. Na França não correlacionavam educação individual e experiência histórica da identidade nacional, mas antes combinavam a cultura e a história francesas com o conceito abstrato de “humanidade” como sua realização ideal. Tal não mudou, mesmo quando, durante a Restauração, o discurso da ciência do homem se articulou mais e mais com as estruturas da historiografia nacional. Portanto François Guizot pôde introduzir uma seção medieval em seu livro *História da Civilização na França* (1829), com as seguintes palavras:

Enquanto isto, sob tal forma imperfeita, no meio de tal bizarra mistura de ideias e de fatos tão frequentemente mal compreendidos e ligados, os livros da Idade Média são monumentos muito notáveis da atividade e da riqueza do espírito humano; neles encontramos muitas visões fortes e originais; neles as questões são frequentemente sondadas em sua profundidade última; a luz da verdade filosófica, da beleza literária, brilha frequentemente no seio de suas tempestuosas trevas. O mineral está bruto nessas minas, mas contém muito metal e merece ainda ser explorado (apud Voss, 1972, p. 332).

Na França, uma única exceção escrita sob a influência dominante da *ciência do homem* pode ser observada, nomeadamente a obra de François-Juste-Marie Raynouard. Não é à toa que Raynouard tornou-se o único rival de Friedrich Diez para o título honorífico de “fundador da filologia românica”.¹⁰ A obra principal de Raynouard consiste dos volumes anotados da *Choix des poésies originales des troubadours* (1816-1822), cuja apreciação crítica tornou-se o estímulo para os primeiros estudos acadêmicos sobre a literatura românica de Diez. Em 1805, porém, Raynouard já tinha um nome próprio com o seu drama histórico *Les Templiers*, que se tornou o “maior sucesso teatral em todo o Império” (KÖRNER, 1913, p. 458). Embora escreva numa forma clássica, a preocupação de Raynouard é – topologicamente – bem românica; ele deseja

¹⁰ Sobre a obra e a vida de Raynouard cf. Körner (1913).

reabilitar os cavaleiros templários franceses, cuja destruição por Filipe, o belo, foi legitimada por acusações difamatórias e cuja estória gradualmente tomou as características de uma lenda histórica. Raynouard foi eleito deputado suplente da Assembleia Nacional em 1791. Ele era de origem provençal, o que explica que numa época de centralização revolucionária e pós-revolucionária o seu interesse pelo passado cultural tenha sido motivado por uma crise – semelhante, se não de todo análoga, ao interesse que, na Alemanha, se formou com a historiografia nacional – e se orientado para a preservação da identidade coletiva provençal no interior da nova sociedade. Também explica em parte a tese acadêmica principal de Raynouard, que ele tentou provar em artigos sem conta e obras monumentais até a sua morte em 1836 – a qual, caracteristicamente, o alemão Friedrich Diez facilmente refutou – sobre o lugar (agora ocupado pelo então chamado latim vulgar) da matriz histórica das línguas românicas:

A língua românica [isto é, o Provençal] era a língua vulgar de todos os povos que obedeceram a Carlos Magno no meio-dia da França, sobre uma parte da Espanha e sobre a Itália quase inteira [...]. Sob o reino de Carlos Magno o idioma romano prevaleceu como idioma vulgar sobre a língua latina (apud KÖRNER, 1913, p. 468).

Apesar do importante apoio financeiro para a publicação de sua obra principal, apesar de sua admissão precoce na Academia francesa e de numerosas outras honras conferidas pelo governo, Raynouard permaneceu um acadêmico privado por toda a sua vida; os resultados de sua pesquisa nunca foram apresentados como “conhecimento oficial”. As obras dos seus colegas contemporâneos alemães, tais como os irmãos Grimm e os Schlegels, as quais claramente remetiam para um horizonte de totalidade nacional e histórico, ocuparam, em contraste, uma posição importante. Em 1808, depois de sua conversão ao catolicismo, Friedrich Schlegel tornou-se o secretário da chancelaria real do Estado, em Viena, e depois, de 1815 a 1818, foi conselheiro da delegação austríaca no Bundestag em Frankfurt. August Wilhelm Schlegel foi chamado para a Universidade de Berlim em 1818, mas a partir de 1819 se dedicou à filologia antiga indiana na Universidade de Bonn. Jacob Grimm conselheiro da delegação no Congresso de Viena em 1814-1815 e depois, em 1830, aceitou um chamado para Göttingen junto com o seu irmão Wilhelm. Finalmente, em 1841, ele se tornou membro da Academia de Ciências de Berlim.

A integração nas universidades, durante a Restauração alemã, do entusiasmo nacionalista que surgiu durante as guerras de liberação foi obviamente combinada com a domesticação dos elementos liberais do pensamento nacional, e até ano revolucionário de 1848 nunca pôde ultrapassar o *status* de um “equilíbrio instável”. Por um lado, os professores prussianos podiam contar com expressivos apoios governamentais para as suas pesquisas, o que era uma situação única na Europa daquela época, mas, por outro lado, eles estavam sujeito a um severo controle mental (cf. KOSELLECK, 1975, p. 398-s). Tal certamente é *uma* das razões da regularidade da profissionalização das disciplinas acadêmicas e da mudança de interesse da pesquisa da história literária para a linguística. Em 1837, quando Georg Gottfried Gervinus e Wilhelm Grimm, entre os “Sete de Göttingen”, foram demitidos de seus cargos na Universidade de Göttingen por terem acusado o Rei da Baixa Saxônia de quebrar a constituição, Friedrich Diez, por seu lado, não apenas se tornou professor efetivo da Universidade de Bonn, mas foi reputado o “contemporâneo mais bem dotado das línguas românicas” (apud FOERSTER, 1895, p. 256), como também foi sobrepujado por seu passado romântico nacional. No contexto das “investigações sobre ofensas políticas”, foi interrogado pela polícia. Referindo-se a este interrogatório numa carta das “Autoridades Extraordinárias do Real Governo”, o “Conselheiro Privado do Governo” Rehfues, escrevendo para o Ministério em Berlim, permite ao leitor moderno divisar quão radicalmente Diez, professor universitário em Bonn e fundador da filologia românica, deve ter rompido com o seu próprio passado como membro do *Giessen Burschenschaft* e com seu amigo íntimo Carl Ebenau:

Ontem o principal procurador Herr Berghaus veio interrogar o Prof.º Dietz [sic] a respeito do seu conhecimento do propósito de uma estada secreta que o participante numa tentativa de assassinato em Frankfurt, Breidenstein de Hessen-Homburg, agora residindo na América, fez em Giessen na casa de seu irmão (de Dietz) na Páscoa, em 1833 [...]. A impressão que tal processo causou no Prof. Dietz foi tão forte que quase o deixou de cama doente. Não pode ser suficientemente lamentável que o interrogatório não tenha sido levado adiante por um funcionário mais bem informado sobre as circunstâncias, a fim de poupá-lo de uma série de questões que um conhecimento cursivo teria tornado supérfluas. É impossível estar menos atento a assuntos políticos, e especialmente a coisas que não pertencem ao domínio de sua pesquisa linguística, do que este inofensivo acadêmico. A única variação que ele trouxe para a

sua vida consiste em viagens de férias na casa de seus pais em Giessen, e mesmo em tais viagens ele não encontrou senão pressão contínua de seus amigos para mitigar suas afecções hipocondríacas [...]. Fosse possível poupar o Prof.º Dietz numa outra investigação, o que em todo caso me parece improvável, gostaria bem de certificar que politicamente ele é completamente irrepreensível. Estou totalmente ciente das sérias responsabilidades que esta mediação lança sobre mim, mas não hesito um instante a levá-la adiante, e peço a Sua Excelência que faça do meu esclarecimento qualquer uso que sirva para poupar este homem – um doente, ansioso e hipocondríaco, mas ao mesmo tempo uma pessoa que merece respeito por seus princípios morais e políticos assim como por seu conhecimento e talento – de futuros interrogatórios da parte das autoridades judiciais ou da polícia que não o conhecem melhor (apud FOERSTER, 1895, p. 282).

LUGARES CIRCUNDANTES: UNIVERSIDADES NA PRÚSSIA VERSUS CÍRCULOS CULTURAIS EM PARIS

Devemos contar a estória da vida de Friedrich Diez de um modo teleológico, como uma ascensão do entusiasmo nacionalista para o *Burschenschaten* e para o preenchimento do acadêmico a serviço da verdade. Neste caso, claro, o público de Diez com Goethe em 1818 (cf., por exemplo, MALKIEL, 1972, p. 4-s) e o seu encontro com Jean Paul no mesmo ano em Giessen¹¹ juntos adquirem o *status* de uma virada; dizem que Goethe chamou a atenção de Diez para a *Escolha...* de Raynouard, e ao fazê-lo deixou evidente que o potencialmente “puro poeta de segunda linha” dever-se-ia tornar um “acadêmico de primeira linha” (MALKIEL, 1972, p. 5). Mas as notas emocionadas no diário de Carl Ebenau descrevem uma fundação mais sombria e mais difusa da Filologia românica. Em 29 de junho de 1817, quando visitava a sua família em Florstadt, perto de Hanau, junto com Diez, ele escreveu:

¹¹ Compare-se Behrens (1895, p. 162) com a entrada no diário de Ebenau; “Ele [isto é, Jean Paul] desculpou-se de sua ausência com o grande acadêmico Essen; como sabíamos, ele tinha sido convidado para a casa do guarda florestal. Nós [isto é, Ebenau e Diez] fomos lá no fim da tarde e o encontramos, como esperávamos, do lado de fora embaixo das árvores. A primeira impressão de sua figura, maior do que a dos outros, vestida num sobretudo longo de cores brilhantes, de cabelos compridos e um pequeno boné, corpulento e imponente, imediatamente o traiu, combinando com o quadro e a descrição dele. Foi intenso e agradável [...]. Ele parecia muito cansado, quando finalmente foi embora antes do fim da noite [...]. Eu passei a noite ali com Fritz no Kluge, a fim de o visitar com ele, na manhã seguinte, uma vez que não tínhamos nos identificado ainda e queríamos lhe ser apresentados [...]”.

¹¹ “As oito horas para Jean Paul. Ele apareceu ainda corado de ontem, mas estava apesar de tudo amigável e falante. O seu bem conhecido pomerano branco deitado a seu lado sobre o canapé, ele parecia hoje mais baixo e mais corpulento do que ontem [...]. Ele falou sobre Goethe de forma bastante afetuosa, com maior desdém pelo cachorro [?] Kotzebue. Ele *admoestou Fritz a respeito do progresso de suas traduções espanholas*, e nos deixou muito gentilmente com o convite de que o visitássemos de novo durante a sua estadia”.

Ritz estava visivelmente cansado e sem jeito; ele frequentemente buscou ficar sozinho e me fez ficar ansioso e aborrecido também. Sentamos juntos no jardim enquanto um lamento era cantado na Igreja em memória do enteado do guarda florestal recentemente enterrado, o que causou uma impressão estranha em mim e não menos em Fritz. Ele levantou-se de repente e me pediu para deixá-lo sozinho no meu quarto um pouco. Eu fiquei meio surpreso, o escoltei escadas acima, e mal pude perceber que o seu pedido urgente de ficar sozinho era para escrever alguma coisa. Finalmente, ele desceu para o jardim e me levou para cima a fim de me ler o que tinha escrito. Eu não fiquei menos surpreendido quando ele confessou-me que teria de me deixar por um longo tempo, talvez para sempre, porque um súbito transtorno na sua circunstância financeira o obrigaria em pouco tempo a desistir de quase tudo o que era querido para o seu coração, levando-o para o outro lado sombrio de sua vida (BEHRENS, 1895, p. 157-s).

Deste “outro lado sombrio da vida” Diez irá construir uma disciplina – para continuar com nossa narrativa de maneira apropriada à fundação de um mito. Não depende necessariamente de especulações sobre o fato de no mês seguinte (agosto de 1817) Diez escrever o prefácio do seu *Altspanische Romanzen, übersetzt Von Friedrich Diez* (cf. TOBLER, 1883, p. 481-s), publicado em Frankfurt em 1818 e que obviamente inspirou-se na *Silva de Romances Velhos* de Jacob Grimm publicada em Viena em 1815: em 1821, pouco depois de assumir um cargo de leitor na Universidade de Bonn, ele escreveu a Ebenau que voltaria a estudar a Idade Média porque “o seu esplendor transformaria o seu presente tedioso” (apud CURTIUS, 1947, p. 398). Em seus estudos da Idade Média parece que foi associada uma segunda compensação: o álcool.¹² Se levarmos isto em consideração, ao falarmos de sua família – e nunca mais durante os anos seguintes ele mencionou o “transtorno” nas circunstâncias de suas finanças, como intimamente o tinha feito a Ebenau em 1817 –, podemos dizer, sem nos culparmos de fantasias amadoras de psicanálise, que a vida acadêmica para Diez era um compromisso entre a sublimação e a aquisição de identidade, entre a frustração da constituição estética do espírito em extática amizade e sonhos estudantis a respeito do renascimento da nação alemã desbaratados pela Restauração.

¹² Cf. Curtius (1947, p. 398n): “Em maio, de 1826, Diez reclama de uma doença, ‘inacreditável sensibilidade ao clima’, ‘minha miséria atual, na qual perco cada voz amiga’. Em abril, de 1831 [...], ele reclama de reumatismo no pé e em torno dos olhos. Na sua correspondência poético com Schwenck [...], encontram-se transbordamentos de uma disposição sombria que seus amigos só sabiam exorcizar por meio do *Raimundi Lulli ultimum vitae humanae solatium*. O que era isto? Foerster inquiriu o seu colega farmacologista Karl Binz (1832-1913), que o encaminhou a *Systematisches Handbuch der Arzneimittellehre* I, p. 961 de S. L. Stumpf. A ‘consolação’ admirada por Lull é o conhaque.”

Quando, no verão de 1821, um “cargo para ensinar literaturas e línguas do sul na Universidade de Bonn” seria ocupado pela primeira vez, o antigo professor de Diez, F. G. Welcker, que por esta época estava na faculdade da Universidade de Bonn, o nomeou como candidato:

Neste momento ele não tem uma colocação adequada, enquanto a sua educação e a natureza da sua competência o restringem a um pequeno número de cargos, entre os quais ele teria de escolher um se ele não desistir do seu amor apaixonado pelas línguas modernas e sua poesia [...]. Os seus conhecimentos – filosóficos e também históricos – na área da estética são substanciosos, e ele possui um bastante bem informado juízo. Ele é industrioso, não presumido, honesto, calmo e de boa natureza (apud FOERSTER, 1895, p. 237).

O processo de decisão que culminou com a nomeação de Diez para o cargo de leitor na Universidade de Bonn é uma lição na história da universidade alemã, por causa das motivações e concepções claramente divergentes de pesquisa e instrução acadêmicas. Nesta candidatura, Diez sente-se obrigado a formular a função de sua obra e especificar, sobretudo, um valor social, e, como a correlação com a história nacional seria excluída, decidiu usar o argumento baseado no paradigma da *ciência do homem*:

Isto [...] ao menos eu compartilho seriamente em relação ao estudo da literatura que, como revela direções e tendências totalmente características na mente dos homens, já merece por esta mesma razão ser apresentada numa escola que aspira à abrangência, como o discernimento iluminado do Governo Real da Prússia, que despreza toda parcialidade pelo princípio da verdadeira educação, também reconheceu (FOERSTER, 1895, p. 243-246).

Uma ordem dada pelo ministro de Estado Altenstein para a Universidade de Bonn mostra que Diez estava certo ao contar com a tendência do Ministério da Educação Prussiano de facilitar a pesquisa mesmo nos casos em que a sua função efetiva era difícil de compreender:

Uma entrevista está sendo arranjada para Sua Excelência com o Docente Privado Friedrich Diez de Giessen, com a observação de que a tradução das velhas baladas espanholas mencionadas por ele e dedicadas ao Professor Friedrich Gottlieb Welcker [...], de cuja obra tinha obtido notícia, redundava em crédito dele (FOERSTER, 1895, p. 246).

Em oposição a isto se insurgiram as hesitações de muitos membros da faculdade para o efeito de Diez estar dificilmente qualificado para as tarefas de um leitor real, quer dizer, com prática no ensino de línguas:

O que se procura é um professor de língua italiana, espanhola, portuguesa, não um professor da literatura desses povos, cujo conhecimento, na medida em que seja necessário e útil para a universidade, é certamente proporcionado adequadamente por Herr von Schlegel [...]. Uma vez que Herr Diez nunca esteve na Itália, e se informou sobre estas línguas vivas unicamente pelos livros, é pelo menos para se duvidar de que a sua nomeação para a universidade irá assegurar um verdadeiro mestre de tais línguas (FOERSTER, 1895, p. 240-s).¹³

Numa carta de 20 de novembro de 1821, Altenstein finalmente nomeou “Dietz” como leitor na Universidade de Bonn, embora os seus oponentes não tenham hesitado em citar a sua doença dos olhos como um obstáculo ao seu emprego. O conflito entre duas concepções da prática acadêmica continuou durante a longa efetivação de Diez. Regularmente o ministério de Berlim aprovou as petições de promoção ou aumento de salário para um acadêmico cuja crescente reputação internacional – entre um número bem restrito de especialistas – justificava a decisão de 1823. Mas seus advogados em Bonn sempre tiveram dificuldade nos relatórios sobre a sua performance pedagógica. Em cinco aulas dadas durante 1823, Diez contou, no total, com trinta e um alunos, e entre os estudantes da Faculdade de Filosofia estavam espalhados sete estudantes de medicina, sete de direito, e cinco de teologia.¹⁴ Em contraste com isto, quando August Wilhelm Schlegel fez uma palestra sobre a língua italiana em 1826, Diez informou numa carta a Jacob Grimm; “o seu público [era] [...] fortemente superior a 200” (TOBLER, 1883, p. 489).

Tal discrepância não pode ser explicada apenas pela aversão de Diez ao ensino. Ao contrário, ela mostra que na Prússia não havia nenhuma necessidade intelectual – ou, num sentido mais amplo, social – que inspirasse o campo da filologia românica. Os seus começos devem antes ser imputados a uma política cultural inovadora que prezava a pesquisa como um valor próprio. Uma perspectiva para entender a história das filologias modernas pode ser

¹³ A opinião aqui citada em oposição a Diez está assinada “Heinrich”.

¹⁴ De acordo com entradas “à mão de Diez”, que a administração universitária mandou como um adendo a uma carta dirigida ao ministério em Bonn, na qual a nomeação de Diez como *Außordentlicher Professor* é proposta.

encontrada na convergência deste conceito com a necessidade, sentida por Diez e muitos de seus contemporâneos, de continuarem vidas nas quais as aspirações juvenis foram travadas. A falha da *Sitz im Leben* revela-se por uma ambivalência específica nos prefácios que Diez providenciou para as suas publicações. Quando *Die Poesie der Troubadours* apareceu em 1826, ele afirma, de um lado, num tom satisfeito, que a sua pesquisa é parte de uma nova disciplina acadêmica:

Num tempo como o nosso, que marca uma época na versatilidade dos esforços acadêmicos, não poderia falhar, depois do conhecimento das línguas medievais e da literatura nacional já ter se formado como uma matéria separada, que a poesia dos trovadores, que muitos tomam como a fonte da lírica posterior, deve ser introduzida no círculo desta disciplina (DIEZ, 1883 [1826], p. V).

Por outro lado, ele se dirige aos amigos da poesia, como se ainda pudesse contar com o público dos primórdios do Romantismo de um Friedrich Schlegel, e se esforça bravamente sobre o problema de mediar entre a academia e o amor pela poesia:

A mais adequada antologia não passa dum expediente. Ela sempre fará referência ao que está faltando, mas que se encontra, no caso presente, nos manuscritos, que apenas alguns podem alguma vez inspecionar. A publicação do *corpus* inteiro de cantigas é, portanto, o único meio de preencher a demanda dos amigos da poesia, e até que tal tenha sido feito a tarefa permanecerá pela metade (DIEZ, 1883 [1826], p. X).

Em 1829, no prefácio de seu novo livro *Leben und Werke der Troubadours*, ele fica enredado em contradições concernentes ao juízo estético, no qual ele mesmo não estava mais interessado. Ele critica o “muito subjetivo comportamento” (DIEZ, 1882 [1829], p. X) dos trovadores, mas também os elogia – e se justifica – em amareladas metáforas românticas que ele projeta sobre a literatura provençal: “É como aquelas [...] fadas de jardim que, como dizem os poetas românticos, irrompem subitamente na existência no ondular de uma varinha mágica” (DIEZ, 1882 [1829], p. XIII).

Entre a primeira obra de Diez, *Poesie der Troubadours*, e o seu segundo livro, *Leben und Werke der Troubadours*, Carl Ebenau encontrou o seu antigo melhor amigo em Frankfurt:

A sua atitude afetuosa e amiga era tão inesperada para mim como a minha própria alegria de o ver novamente e como a experiência de penetrar neste círculo; embora a fraqueza da conversa, dos juízos (sobre Platen...) foram para mim impactantes e dignas de nota. Eu confirmei a minha crença de que a profissão de aprender propriamente leva ao pedantismo, à secura e ao vazio; não encontrei nenhuma verdade, ou frescor vívido, embora pessoas eloquentes, argutas e sabidas lá estivessem (BEHRENS, 1895, p. 175).

A experiência de Ebenau põe em questão o estado de espírito dos primórdios do romantismo nos prefácios dos livros acadêmicos de Diez; ao mesmo tempo, porém, a sua correspondência com Jacob Grimm nos mostra a fonte de suas motivações – lugares comuns compartilhados relativos aos interesses de seu trabalho de pesquisa em comum. O conhecimento acadêmico proporcionou a ele a possibilidade de ultrapassar o que ele chamava de “diletante e elegante manipulação característica dos franceses”, a “atividade de algum modo colorida” do especialista em épica parisiense Fauriel para “exceder” o “meio-educado [...] fatal M. Méon” (TOBLER, 1883, p. 483; 486; 490) numa livraria parisiense, sem que tal vitória nunca o forçasse a encontrar o homem pessoalmente. Na solidão dos cursos de filologia moderna, a geração da guerra de liberação lutou uma vez mais a Batalha de Leipzig. Quando Ludwig Uhland recebeu uma cópia de cumprimentos de *Die Poesie der Troubadours* ele escreveu numa carta de agradecimento: “Tão agradecido como estou de reconhecer as conquistas de Raynouard, deu-me a patriótica satisfação de reconhecer como o estudo deste assunto adquiriu profundidade, agudeza, e lugar através do trabalho alemão” (apud KÖRNER, 1913, p. 487).

Na França “existia uma nação que se deu conta de si mesma desde as guerras revolucionárias, cuja unidade foi a inquestionável pressuposição de todos os esforços sobre a sua auto-organização” (KOSELLECK, 1969, p. 270). Apesar das mudanças políticas e sociais do Império para a Restauração e Monarquia Burguesa, a identidade nacional francesa nunca foi posta em questão, levada a cabo entre a decadência nacional e o renascimento nacional. Uma segunda diferença significativa da Alemanha/Prússia encontra-se na estrutura do sistema educacional, cujo desenvolvimento foi iniciado durante o Império; o seu objetivo primário era comunicar o conhecimento e as suas atividades de pesquisa foram limitadas aos precursores das *Grandes Ecoles* parisienses. Agora é compreensível por que o descobrimento da história e da literatura medievais

nunca tenha sido exclusivamente um empreendimento acadêmico, por que na periferia dos professorados responsáveis e dos institutos de pesquisa havia uma discussão, que, como consideração do “público educado”, parecia continuar a tradição do Iluminismo.

Uma situação similar pode ser observada no caso da literatura: bem no molde do paradigma da ciência do homem, a história da literatura francesa não foi invocada como “história”, mas como um “conjunto” que deveria revelar o espírito humano. “Foi por eles”, escreveu P. Nissard, em 1844, no prefácio de uma premiada História da Literatura francesa, referindo-se aos alunos da Ecole Normale Supérieure, “que aprendi a reconhecer, no magnífico conjunto de obras mais características do espírito francês, a imagem mais completa da cultura do espírito humano” (Nissard, 1889, p. 5). Sob tal perspectiva didática, a instrução sobre os monumentos do passado francês perdeu a sua relevância nacional e histórica – nos termos do historicismo alemão – e ao mesmo tempo a diferença entre textos literários e não literários desapareceu. “Não é a arte que se deve procurar nestas grandes composições, mas os detalhes preciosos de sua história, sobre a geografia e os costumes”, escreveu Leroux de Lincy, editor de um *Recueil de chants historiques français* (1841). De fato, ele estava apenas interessado em manter por toda a sua obra a alegação de que a cultura francesa era “antropologicamente universal”:

Meu objetivo principal foi provar que a França possuía também a sua recolha de canções históricas e populares e que sob este aspecto ela não tem nada a invejar nos cancionários de Espanha e de Portugal, nas baladas da Alemanha, da Inglaterra ou da Irlanda (Lincy, 1841, p. XII; XLV).

Completamente distanciado de tal ambição estava Sainte-Beuve, que se dirigia a um público culto desde 1830 em resenhas esporádicas de edições de antigos textos franceses na *Revue des Deux Mondes*. Tipologicamente o seu artigo recorda a relação dos primórdios do Romantismo com a literatura medieval, mas a resignação sentimental diante da irrecuperabilidade da cultura medieval parece estar mais abafada nos seus escritos, e há mesmo um estreitamento do escopo pan-europeu em suas obras. Tal atitude pode ser percebida de modo exemplar numa resenha, de 1º de junho de 1832, da canção de gesta *Berte aus grans piés* editada por Paulin Paris, que mais tarde ascenderia de empregado da

Biblioteca Real a professor do Collège de France e a pai fundador dos estudos literários medievais franceses. Sainte-Beuve apreciava a “charmosa ingenuidade” (SAINTE-BEUVE, 1885 [1832], p. 76) dos textos medievais, mas não ousou aprovar a evocação do “espírito gaulês de nossos pais” (SAINTE-BEUVE, 1853, p. 282) Paulin Paris ficou agradecido pela “publicação erudita cheia de gosto” (SAINTE-BEUVE, 1885 [1832], p. 74), mas aparentemente Sainte-Beuve deixou de tratar questões gerais da história da poesia épica, uma vez que estas estavam na moda, nos círculos educados da capital francesa por meio das palestras de Fauriel:

Se não notamos nenhuma visão de conjunto bem nova sobre nossas epopeias, se ele se apressa tanto, segundo o nosso parecer, a rejeitar num horizonte fabuloso aquilo que poderíamos chamar das *grandes* questões deste assunto, em revanche, encontramos muitos detalhes picantes, reconciliatórios de uma escrupulosa exatidão, tudo expresso neste estilo elegante e levemente epigramático (SAINTE-BEUVE, 1885 [1832], p. 75-s).

Certamente, Paulin Paris orgulhava-se especialmente de sua moderação, como ele enfatizou, por exemplo, ao referir-se claramente a Fauriel em 1832: “Tenho pouco gosto para as considerações gerais” (PARIS, 1832, p. V).

Para começar, o ponto de partida de Fauriel era um entusiasmo filohelênico para revelar características estruturais comuns nas épicas de todos os “povos”, enquanto Paulin Paris tentava reivindicar o gênio específico francês nas canções de gesta: “Mas ele deixará, por favor, a nosso país as suas canções de gesta” (PARIS, 1832, p. III). Atrás da moderação “científica” de Paulin em concentrar-se apenas no texto, e atrás da sua tentativa ciumenta de preservar o caráter francês de um gênero medieval, pode-se sentir certa influência alemã. Em todo caso, ele não hesitou em apelar para a consciência do leitor francês ao referir-se à pesquisa dominante sobre o medievalismo além das fronteiras da França:

Enquanto com grande dificuldade conseguimos publicar os mais curtos fragmentos de nossa bela língua românica, imprimem-se em Londres, Berlim e Florença, os in-fólio que lhe são atribuídos. É preciso ao menos seguir as pegadas dos estrangeiros. É preciso mostrar um pouco de ciúmes por aquilo que nos pertence, para adotar seriamente os velhos títulos de glória, que os bárbaros os reúnam para que nós os disputemos (PARIS, 1832, p. XVI).

Claro, é sintomático que, enquanto a Paulin Paris era eleito para a *Académie des Inscriptions* em 1837, como sucessor de Raynouard, e em 1857 para o quadro de ensino do *Collège de France*, nunca se elevou a professor da Sorbonne, onde dominava a ciência do homem. Por outro lado, Fauriel, cujo entusiasmo pelas questões da origem o levou de volta mais e mais aos problemas de nível antropológico, recebeu a cadeira de literatura estrangeira (cf. IBROVAC, 1966, p. 60) já em 1830, mas a literatura medieval francesa foi integrada ao currículo da Sorbonne como um campo de estudos estabelecido apenas em 1883 (cf. D'IRSAÏ, 1935, p. 40). Quem desejasse encarregar-se de textos medievais – como J.-J. Ampère em 1832 – tomava o cuidado de justificar a sua escolha, considerando o interesse geral: “Nós queremos conhecer plenamente o papel que a literatura francesa desempenhou na Europa na Idade Média” (AMPÈRE, 1833, p. 33).

O contraste entre os estudos alemães contemporâneos nas universidades da Prússia dificilmente poderia ser mais pronunciado. Jacob Grimm não apenas justapôs a história nacional e a “língua como característica nacional de um povo” (apud ROSENBERG, 1981, p. 47). Georg Gottfried Gervinus programaticamente excluiu o “juízo estético” de sua *Geschichte der poetischen Nationalliterature der Deutschen* (1836-1842) a fim de coordená-la claramente com objetivos políticos, em direção aos quais toda evocação do passado nacional se orientava: “Para fazer o valor contemporâneo da nação compreensível, para reviver a sua agora diminuída autoconfiança, para acender a alegria no momento contemporâneo e certa coragem no futuro [...] junto com o orgulho pelos seus períodos primordiais” (apud ROSENBERG, 1981, p. 23). Tais tons polêmicos, não seriam ouvidos nos círculos eruditos do *Quartier Latin* na década de 1830. Por estas premissas básicas da historiografia literária romântica, para ser mais preciso, a partir da obrigação de preencher uma função social não mais confinada aos “apelos legítimos dos amigos da poesia”, surgiu, para os acadêmicos das línguas românicas, um problema estratégico polêmico, em última análise insolúvel. Joseph Von Görres, professor na Universidade de Munique, escreveu a introdução a *Darstellung der spanischen Literatur im Mittelalter*, publicada em 1846, que se orientou para o conceito de uma literatura nacional e para o paradigma da filosofia da história. Diferentemente dos primeiros românticos amadores da literatura espanhola, ele obviamente tinha de lidar com uma pressão para se justificar derivada do fato de um autor alemão lidar com a literatura espanhola:

Porque a história do progresso feito por um dado povo ao longo do desenvolvimento de sua arte deve ser sobretudo escrita pelo próprio povo. As fundações da própria habilidade intelectual com que um povo começa a viver permanecem com ele sem serem diminuídas por todo o tempo [...]. Seria melhor, portanto, e mais adequado, se os povos quisessem eles mesmos prover a preservação de sua história, especialmente de sua história artística. O melhor de tudo, todavia, não impede o apenas bom, menos ainda os melhores. Os povos se instruem mutuamente, e assim um estrangeiro pode participar do juízo a respeito dos méritos alheios. Mas como o princípio da liberdade é o desafio peremptório que deve ser feito antes de qualquer outro para cada um que se presta ao juízo, então cada um deve antecipadamente da mesma maneira se pôr acima de todo preconceito. Primeiro deve pôr de lado as questões ancestrais do preconceito racial. Os povos alemães e românicos parecem tão diferentes em suas atitudes e talentos que um preconceito mútuo surgiu entre eles; e é sabido quanto durou antes que os primeiros parcialmente o dominassem, enquanto os últimos apenas começaram a buscar tal autocontrole (CLARUS, 1846, p. III-IV).

Sitz im Leben foi tomado pelas literaturas românicas da Idade Média como leitura para o público cultivado da Alemanha; a historiografia literária correspondente para autores alemães, por outro lado, não teve lugar no paradigma histórico-nacional.

POSIÇÕES QUANTO AO CÂNONE DA LITERATURA NACIONAL NA FRANÇA: IDADE MÉDIA VERSUS O SÉCULO CLÁSSICO

Relativamente poucos conheceram o Professor Diez a não ser pelas suas obras. Tive a felicidade de estar entre estes poucos [...]. Para a palavra oral, Diez não tinha nem talento nem adquiriu arte. De fato, suas palestras tiveram pouco sucesso. Se ao menos três estudantes não se inscrevessem em seus cursos, ele não os concretizava, e ficava felicíssimo sem fazer esforço para o esconder. Ele se livraria daquele fardo e teria conseguido mais tempo para continuar os seus estudos e completar a sua obra. Se alguém quisesse conhecer Diez, teria de se aproximar dele pessoalmente. Nas conversas que tive com ele – algumas em passeios a pé –, cheguei a uma apreciação completa deste homem esplêndido. A rica plenitude do seu saber, a profundidade de sua mente, a beleza de sua alma desabrocharam diante de mim (apud CURTIUS, 1947, p. 408-s).

As memórias de Gaston Paris sobre os dois semestres que passou como estudante na Universidade de Bonn (1856-1857) foram publicadas no *Bonner Generalanzeiger* em março de 1894, por ocasião da comemoração do centenário de Diez, morto 18 anos antes. A liderança do seu discípulo como historiador da literatura nacional já era aceita; não havia quase nenhum obstáculo para a lenda da progressiva extensão da filologia românica, a partir do ímpeto dado por seu fundador. Mas os fatos são mais complicados. Quando Gaston Paris veio para Bonn, Diez não estava realmente ocupado com a história literária,¹⁵ por outro lado a demanda por uma abordagem acadêmica da história da literatura nacional não se tinha ainda estabelecido na França.

Mas do ponto de vista acadêmico, Gaston Paris estava satisfeito com a ideia de cooptar Diez como o seu pai acadêmico. Com a mesma formulação, “iluminar ao invés de julgar” (DIEZ, 1883 [1826], p. XI), que Diez invocava a fim de distanciar a sua obra do entusiasmo inicial dos românticos pela Idade Média, Gaston Paris, na sua lição inaugural no *Collège de France*, nos fins de 1881, em honra do seu pai recém-falecido, Paulin, fez uma distinção entre os objetivos do pai e do filho como se apresentasse a relação deles como um episódio na história do progresso: “Em todo caso, compreende-se hoje os estudos medievais de um modo um pouco diferente. Nos concentramos menos em apreciá-la e em fazê-la ser apreciada do que em a conhecer e a compreendê-la. O que nela procuramos, antes de tudo, é a sua história” (PARIS, 1923 [1881], p. 219). Pode ser que a vitória de G. Paris sobre Paulin Paris como acadêmico tenha sido o pressuposto necessário para a notória superficialidade das imagens míticas de fraternidade biológica no retrato do – e o seu filho a apresentava assim – primeiro medievalista francês. O jovem bibliotecário de Rheims tem fama de ter entrado por volta de 1830 no “paraíso onde frutas estavam ao alcance de sua mão”: “Ele se misturou intimamente com este passado”; “suas últimas palavras [...] indicam bem o prazer que ele gozava ao se absorver assim”; “uma crítica severa e rigorosamente histórica preparou o terreno, o arou e lançou as sementes”. Finalmente: “dão-lhes [isto é, aos textos] a todos o seu verdadeiro nome, o de canção de gesta (quer dizer que pertencem à história nacional)” (PARIS, 1923 [1881], p. 221; 247; 223; 220; 223).

¹⁵ Cf. Curtius (1947, p. 406): “Sim, tão tarde como 1862, ele escreve a Gaston Paris que, se pudesse seguir as suas inclinações, preferiria ocupar-se da história literária. Se nós [...] examinarmos afirmações que se estendem por um período de 30 anos, não podemos deixar de ver a virada de Diez para a linguística como fruto da sua resignação”.

Não queremos levar a nossa interpretação psicanalítica tão longe a ponto de enfrentar a questão de se, neste campo carregado eroticamente de metáforas, “a França” torna-se a mãe dos textos identificados pelo nome nacional (ou até talvez a mãe de Gaston Paris). Podemos, todavia, afirmar desapaixonadamente – e com menos riscos – que o conceito de família passa como um elemento interdiscursivo, não apenas para a constituição das ciências naturais,¹⁶ mas também para o curso inicial da historiografia da literatura nacional na França. Pois para Gaston Paris, a história da literatura medieval francesa é o “primeiro capítulo das nossas memórias de família” (PARIS, 1929 [1895], p. XIV).¹⁷

Quanto mais conhecemos as metáforas que Gaston Paris emprega para construir a sua genealogia acadêmica, mais bem talhada aparece a silhueta de Diez e sua ostensiva paternidade. A afinidade de Gaston Paris com a academia alemã não se apoia em filiações com o que se transformou em todo caso, no final da vida de seu professor, mais e mais em pesquisa linguística exclusiva, mas, sobretudo, em sua perspectiva da identidade nacional como um panorama que pode ser alcançado pelas descobertas e apropriações dos elementos até então desconhecidos da história nacional:

A alta cultura de uma nação é, ao menos em boa parte, a consciência de continuidade que ela adquire pelo estudo de seu passado. A maneira como ela concebe o seu passado, e como o relaciona com o presente, varia e deve variar a cada geração: tais variações partem da história e marcam as fases do desenvolvimento da consciência nacional (PARIS, 1929 [1895], p. 253).

Mas quando a identidade nacional na França perdeu o seu *status* de precondição indiscutível?

Na sua primeira publicação, a *Histoire poétique de Charlemagne* (1865), Gaston Paris criou uma espécie de “psicologia dos povos nas canções de gesta” (para ser mais preciso, ele traiu o seu pai, ao desenvolver a tese de que este gênero baseava-se em origens alemães e românicas, enquanto Palín Paris defendia o seu caráter puramente francês contra Fauriel). Além disso, ele injetou no discurso de medievalistas imagens derivadas do campo semântico da alquimia: “como todas as combinações de nacionalidades são

¹⁶ Sobre as interferências entre “história de casos médicos” e “história familiar” na psicopatologia do tardio século XIX, cf. Link-Heer (1984).

¹⁷ A metáfora é estranhamente recorrente durante os quase 40 anos da produção acadêmica de Gaston Paris.

acompanhadas de um desprendimento da poesia” (apud BÉDIER, 1929, p. 241).¹⁸ Mas aqui a identidade nacional ainda é tratada – especialmente com conotações reminiscentes das ciências naturais – mais como uma certeza do que como uma questão. Um ano depois, porém, na sua aula inaugural no *Collège de France* – como sucessor de seu pai – o estabelecimento, no *Collège*, de uma nova cadeira para a língua e a literatura francesas é celebrado como um “experimento nacional”. Havia, obviamente, observações sarcásticas referentes à conservadora Sorbonne:

Se as faculdades, assim com as organizou o Império, têm por missão principal preparar os jovens para as carreiras que exigem deles determinados conhecimentos; se em consequência elas têm antes de tudo um caráter prático que as obriga a resumos e à verdade e à liberdade de seus ensinamentos, o *Collège de France*, instituído no passado para ser um asilo para a livre pesquisa, longe do jugo da antiga Sorbonne, deve, hoje em dia, desenvolver suas partes da ciência sem utilidade prática reconhecida, ou que não sejam ainda muito solidamente estabelecidas para serem incorporadas ao ensino oficial. A criação de uma cadeira no *Collège de France* é, por assim dizer, uma experiência nacional: trata-se de saber, dum lado, se a nova ciência que se produz responde a uma necessidade real, sentida por certo número de espíritos cultivados, e de outro, se ela tem bastante importância e convicções para poder ser introduzida mais tarde nos próprios programas de cursos universitários (PARIS, 1923 [1866], p. 2).

Em dezembro de 1850, durante o cerco de Paris, na mais desesperada crise nacional de *horas de angústia*, a questão aberta da identidade nacional é considerada um tema urgente para o qual a palestra sobre “A Canção de Roland e a nacionalidade francesa” tentou dar uma resposta tão satisfatória quanto possível: “Sob o golpe de nosso desastre, pareceu por um instante que a consciência nacional estava perturbada, e a França se perguntou num momento de angústia temerosa se ela ainda existia” (PARIS, 1923 [1870], p. 93). E ele continua:

Se para o momento presente não temos mais outro dever nem outro fim que a liberação do solo invadido, é bom que nos preparemos rapidamente, e seriamente, para o que deveremos fazer no dia seguinte deste dia tão esperado. A história da literatura de um povo, e já tive oportunidade de o dizer muitas vezes antes, é a história de sua vida

¹⁸ Sobre as funções interdiscursivas das metáforas químicas, cf. Link (1983).

moral, e particularmente de sua consciência nacional: é sob este ponto de vista que quero examinar hoje aquilo que podemos ainda recolher de substancial e de vital nos estudos de nossa poesia mais antiga (PARIS, 1923 [1870], p. 94).

A resposta proferida, a (tentativa) de solução para a tarefa nacional, tem apenas um interesse marginal para nós aqui: “O amor do solo, a honra nacional, aí estão os sentimentos que concorrem para a formação da nacionalidade francesa a partir de agora. O amor das instituições nacionais” (PARIS, 1923 [1870], p. 110). O que é muito mais importante é a estrutura – homóloga à gênese da história da literatura nacional alemã – que não pode ser explicada derivativamente: Gaston Paris constitui a sua história da literatura francesa na interseção de duas trajetórias: a decadência nacional e um novo começo.

Podemos ficar tentados a continuar nossa narração sobre o curso da historiografia da literatura nacional na França pela invocação do padrão historiográfico “X ou Y pelo menos construiu o seu acúmulo histórico”. Tal interpretação seria conveniente especialmente porque Gaston Paris tinha um público entusiasta no *Collège de France*, numerosos discípulos na *Ecole des Hautes Études*, e certamente muitos leitores que o admiravam mesmo fora da academia. O seu contemporâneo Léon Gautier, na obra de peso de 1868, *Les Épopées françaises – Étude sur les origines et l’histoire de la littérature nationale*, tentou apresentar a *Canção de Roland* – que a propósito tinha sido publicada pela primeira vez no período moderno em 1837, sob uma constelação de interesses totalmente diferente – como uma épica nacional cristã. Gautier alegava muito orgulhosamente a honra de acadêmico inovador: “Nós pensamos [...] nada exagerar ao afirmar que metade de nosso livro será verdadeiramente original” (GAUTIER, 1868, p. 654). Ele não confere notas altas à *Histoire poétique de Charlemagne*. “É a crítica alemã que penetra enfim nos ouvidos e nos espíritos dos sábios franceses. Isto foi feito: a reabilitação de nossa epopeia nacional está a partir de agora assegurada” (GAUTIER, 1868, p. 654).

A “influência alemã”, que alcançou a França como um paradigma de recepção proposto cerca de cinquenta anos antes, também frutificou na linguística histórica. “A história das origens da língua é a história mesma das origens da nação”. Tal sentença programática da primeira página da *Histoire de la langue et de la littérature françaises au moyen âge, d’après les travaux les plus récents* (1874), de Charles Aubertin, não pode (e na verdade não tem esta intenção)

negar a influência de Jacob Grimm. Reconhecemos agora como uma regra discursiva a concomitância de tais premissas com a reprimenda a respeito da liderança gozada pelos estudos medievais alemães.¹⁹ O texto de Aubertin elucida de maneira notável a nossa hipótese de que este tipo de história linguística e literária estabelece a identidade nacional por meio da *descoberta e integração do outro*:

A arte está ausente, a composição é praticamente nula. Há, aqui e ali, vivacidade e felicidade de expressão, mas nenhum estilo; esta delicadeza sábia dos espíritos cultivados, o gosto, faz absolutamente falta. O que agrada nesses velhos poemas, vizinhos do século de ferro, é a energia selvagem que há em sua alma e inspiração, é o anúncio de qualquer coisa de jovem e de franco, oposto em tudo à literatura envelhecida e refinada da época alexandrina: assiste-se a um enverdecer da faculdade poética, e se sente correr a seiva sob a capa rugosa dum língua informe (AUBERTIN, 1874, p. 171).

Não há dúvidas sobre isto: são sinais da emergência de um novo paradigma na história da academia francesa, que criará as suas próprias publicações saídas na *România* (a partir de 1872) e na *Société des Anciens Textes Français* (desde 1875).

Não obstante, os textos em francês antigo nunca puderam encontrar um nicho no cânone nacional de obras clássicas – com a única exceção da *Canção de Roland* – ao contrário da situação alemã onde os textos medievais pertenceram ao cânone por muitos anos, e ainda pertencem para muitos especialistas em literatura alemã.²⁰ Se desistirmos da simplória noção de que os melhores textos devem ser eventualmente reconhecidos como “clássicos”, então é fácil entender por que a época de Luís XIV tornou-se o século clássico no início do século XIX francês, na medida em que o subsistema social “literatura” foi formado por meio do estabelecimento de um cânone de autores clássicos;²¹ a produção literária do século XVII cartesiano poderia ser associada muito mais facilmente com a *ciência do homem* como horizonte de totalidade do que os livros do polêmico Iluminismo, da Renascença obsecada pela Antiguidade, ou mesmo com a Idade Média cristã:

¹⁹ Cf. Aubertin (1874, p. VII): “Não seria estranho, em todo caso, que a história de nossas origens literárias, ensinadas na universidade da paciente Alemanha, continue excluída de nossos liceus, e que a França seja o país da Europa mais indiferente à antiga literatura francesa?”

²⁰ Cf. exemplos em Gumbrecht (1973, p. 97-s; 112-s).

²¹ Para a defesa desta tese ver Gumbrecht (1985b).

E veja que, da sombra das bibliotecas e do fundo da *Ecole de Chartre*, uma brisa da Alemanha havia passado, toda uma geração jovem de eruditos surgiu, paciente e trabalhadora – é uma justiça que lhe devemos fazer – depois das querelas, intolerantes com as contradições, as quais este entusiasmo até agora temperado da língua e da literatura da Idade Média cessou de ser suficiente. Foi depois que a linguística e a filosofia, na educação do erudito, usurparam este primeiro ranque, que pertenciam ao passado e que não devem pertencer apenas às humanidades. Foi depois que vimos a reputação europeia se fundar sobre a leitura ou sobre a tradução duma canção de gesta [...]. Não é uma razão, porém, de querer impor a todos os narizes as lentes grossas da erudição. Não se trata de vir bagunçar a história e de destituir por um golpe de força o centro duma grande literatura. Não é motivo para enfim se pôr em falso contra os juízos consagrados, de ensinar que a Renascença desviou o espírito francês de sua rota, que os escritores do século XVI tiranicamente interromperam o desenvolvimento natural da língua (BRUNETIÈRE, 1922, p. 4; 14).

Homens como Brunetière – que lutaram com veemência pela proeminência do século clássico, menos de uma década depois da palestra de Gaston Paris sobre o nacionalismo literário na cidade sitiada de Paris – poderiam obviamente pelo menos contar com o consenso do mais largo público leitor não acadêmico, e poderiam cobrir os seus adversários, os jovens medievalistas, de ridículo; Brunetière os chama “calorosos advogados da barbárie literária” (1922, p. 11), e lança na direção de Léon Gautier a questão irônica: “O que há de comum entre Jesus Cristo e a canção de gesta?” (BRUNETIÈRE, 1922, p. 10).

Certamente ao paradigma da literatura nacional não faltava sucesso. “Eu não saberia dizer a alegria que me tomou, desde que recebi esta notícia esperada há tanto tempo”, exclamou Léon Gautier (1895, p. V), saudando a entrada da *Canção de Rolando* no cânone de leitura do liceu em 1895. Um ano antes, a *Histoire de la littérature française*, de Gustave Lanson, tinha vindo a lume, um livro que permaneceu a obra de referência mais frequentemente consultada, apesar do fato de a “*Novelle Critique*” dos anos cinquenta e sessenta ter estabelecido a sua identidade sobretudo galgando repetidas críticas de Lanson. Como Brunetière quinze anos antes, Lanson lucrou com a insistência dos medievalistas a respeito da significação histórica de seus estudos para assustar os leitores, mostrando a incompatibilidade entre seus apelos científicos e a experiência estética: “Por uma superstição funesta, pela qual a própria ciência e os sábios não são responsáveis, querem impor a forma científica à literatura: passou-se a estimar apenas o saber

positivo” (LANSON, 1951, p. VI). Para Lanson, a literatura era um substituto para a transcendência; suas formulações são tão claras que o historiador das disciplinas acadêmicas não precisa correr o risco de interpretá-las: “Para muitos de nossos contemporâneos, a religião desapareceu, a ciência está longe; para a literatura somente chegam solicitações que as arrancam do egoísmo estreito ou do trabalho embrutecedor” (LANSON, 1951, p. IX). Não há dúvidas de que a literatura e a história literária nacional na Alemanha preencheram uma função análoga, e Gaston Paris certamente teria concordado com este postulado muito abstrato. Todos os conteúdos que pertencem ao “horizonte de totalidade” do século XIX foram substituídos pela transcendência porque este horizonte, num sentido histórico, deve ser visto como a forma secularizada recebida da rede religiosa de referência da vida humana. O que queremos elaborar é a tese de que na França, neste nível e até o presente, o paradigma da história nacional nunca foi dominante.

Mesmo Gaston Paris não pode escapar da persistência da ciência do homem, o reverso de sua afirmação. Na sucessão de trabalhos de sua última década, há uma cada vez mais clara tendência – embora a estrutura fundamental de questões a respeito da história nacional se tenha mantido – de tentar redefinir impulsos e influências culturais:

É bom constatar que desde os tempos mais antigos este gênio, além de ser ele mesmo tão compósito, sofreu influências estrangeiras e adotou elementos estrangeiros. Por isto merece ser louvada, nos bons séculos da Idade Média como nos belos tempos da época que se seguiu, a originalidade persistente que o guardou malgrado todas estas influências, a força vital com que assimilou todos estes elementos [...]. Mais é provar juventude e força vital, é assegurar um futuro de renovação e de ação de fora, que conhece e compreende tudo o que se faz de grande, de belo, de novo além de suas fronteiras [...], conservar a sua personalidade alargando-a, e ser assim sempre a mesma e sempre cambiante, sempre nacional e sempre europeia (PARIS, 1929 [1895], p. XIV-s).

Pode-se conjecturar que, com estas reflexões, a história literária na França lentamente se transformou contra o pano de fundo da *ciência do homem* – razão pela qual o paradigma da literatura nacional provou ser apenas um episódio no panorama retrospectivo da história da disciplina. Não queremos comparar as vantagens e desvantagens de cada paradigma, nem devemos esquecer que durante esses anos (lembremos o caso Dreyfuss, por exemplo) o nacionalismo

francês instigou as piores práticas racistas. Em 1894, todavia, Gaston Paris, fundador da história literária francesa, escreveu um posfácio em honra de um colega, o orientalista judeu James Darmester, que se conclui com a seguinte sentença:

Por sua inteligência flexível e sutil, por esta força de especulação que alguns judeus trazem em seus negócios e outros nas coisas do espírito, por toda a sua concepção de mundo, por seu amor abstrato da justiça e por seu patriotismo messiânico, Darmester nos parece bem, judeu francês, honra dupla de sua raça e de sua pátria. Ele nos mostra [...] o que pode dar de flores raras e frutas imprevisitas a palma misteriosa de Israel engendradora sobre os velhos carvalhos franceses (PARIS, 1894, p. 60-s).

Em 1903, Joseph Bédier tomou a sua cadeira no *Collège de France* como sucessor de Gaston Paris. A fama do seu livro *Les légendes épiques – Recherche sur la formation des chansons de geste* causou o estigma de Gaston Paris nos estudos medievais, com a sua ênfase na história nacional, a perder prestígio entre os especialistas. Como vimos, o mais largo público leitor nunca a aceitou de qualquer maneira. Bédier viu nos poemas épicos, como é bem sabido, criações individuais de “autores” do século XII. Dum lado, portanto, a ligação tradicional entre “espírito popular” e “épica nacional” se dissolveu. Do outro, a possibilidade de receber e interpretar, por exemplo, a *Canção de Roland* sob a mesma perspectiva da experiência estética e interesse antropológico assim como todas as outras “grandes obras” da literatura pós-medieval foi assegurada. A proposta de Bédier triunfou longamente, e foi apenas nos últimos anos que os medievalistas franceses começaram a entender nos seus aspectos históricos e sistemáticos as posições de Paris e de Bédier e suas consequências para o estabelecimento de tradições dentro de sua própria disciplina.²²

DISCIPLINAS RELACIONADAS DURANTE O SEGUNDO IMPÉRIO GERMÂNICO: “GERMANÍSTICA” VERSUS “FILOLOGIA ROMÂNICA”

A falência da filologia nacional na França é tão óbvia – mesmo talvez historicamente compreensível, sobretudo, como uma falência – porque, durante as últimas décadas do século XIX, a sociedade e o governo na Alemanha bem conscientemente requereram e subsidiaram por meio da germanística o padrão

²² Cf., por exemplo, Duggan (1973); Zumthor (1980); Cerquiglini (1983).

das estruturas nacionais de identidade. Paradigmática neste contexto são a biografia e as ideias acadêmicas de Wilhelm Scherer (nascido na baixa Áustria). Em 1872, com 31 anos, ele assumiu o cargo – na Universidade de Strassburg, que tinha acabado de ser anexada ao Império germânico – de professor efetivo de *Germanística*. Antes, em 1868, ele tinha requerido que a representação da história da língua e da literatura alemãs – e conseqüentemente a pesquisa levada a cabo a respeito destas matérias – fosse transformada num “sistema ético nacional” e num “ensino nacional sobre a fazenda e responsabilidades” (apud ROSENBERG, 1981, p. 109), e que um horizonte de transcendência deveria, portanto, ser estabelecido. Que tal proposta tenha sido seriamente aceita pelo governo e pela sociedade manifesta-se no fato de Scherer ter sido chamado para Strassburg, e da sua *Geschichte der deutschen Literatur* ser um notável sucesso comercial. Entre 1917 e 1928, não menos do que 29.000 cópias adicionais foram impressas (ROSENBERG, 1981, p. 109). Para Scherer a aproximação entre filologia e ciência natural – que ele visualizava como “desenhada vitoriosamente na charrete triunfal a que estamos todos subjugados” (apud ROSENBERG, 1981, p. 103) – era um programa eficaz até nos detalhes da pesquisa prática, enquanto a mesma tendência em Gaston Paris, como vimos, era mal concretizada a não ser na sua escolha imagética. Ao estabelecer cânones literários para o tardio século XII e para o tardio século XVIII, Scherer formulou uma “teoria da onda”, de acordo com a qual o espírito alemão atingiria repetidamente os seus pontos mais altos e mais baixos compensatórios a cada 600 anos (cf. GUMBRECHT, 1973, p. 105-ss). É difícil ver nisto a realização de um conceito pós-positivista: “A nova geração não constrói nenhum sistema. Não voamos imediatamente sobre as últimas coisas. ‘Visões de mundo’ perderam crédito [...]. Insistimos em questões individuais nas quais o fenômeno percebido sem erro é traçado desde as forças que o trouxeram à existência” (apud ROSENBERG, 1981, p. 102). Mas realmente parece que, para Scherer, para a filologia alemã do seu tempo, e para o seu público, a identidade nacional do leitor não é mais objeto de questão, não é mais um projeto a ser definido no curso do tempo. Apesar da forma sintática da questão que contém a passagem de grande interesse para nós, a palestra inaugural de Scherer em 1873 ainda levanta dúvidas iniciais: “O velho alemão é o que podemos hoje chamar um idealista. Perguntamos sobre a origem da nacionalidade alemã. Agora então o sinal divino sob o qual nasceu o espírito alemão é o idealismo” (apud ROSENBERG, 1981, p. 110). Não deveriam

os ouvintes e leitores educados de Scherer saberem então – depois da época do Romantismo e durante o período em que a filosofia idealista da história se trivializou – que “o alemão” era um idealista (e “o francês” algo como um “cínico utilitarista”)? No curso do Segundo Império Germânico, a aquisição da filologia românica mais e mais capacitou o seu público a “redescobrir” na cultura do passado nacional esta identidade que já havia sido internalizada nas variadas fases do processo de socialização.

Na história da literatura primeiramente publicada em 1901 por A. Bartels, cada pequena descrição do caráter de um poeta (que devia ser previamente conhecido pelo leitor) deixa implícita a contraimagem do antigo inimigo francês; frequentemente o autor contenta-se em referir textos do passado “germânico” sem nenhuma explicação ulterior em casos em que, da análise e da representação do assunto, tem-se o direito de esperar uma afirmação sobre em que consiste a “germanicidade”. Gottfried Von Strassburg é considerado um “espírito livre [...] mas nada menos do que um livre pensador no sentido convencional”; Wolfram von Eschenbach é “um poeta do tipo germânico genuíno, com todas as virtudes e todas as fraquezas que se apegam a nossa raça desde os primórdios até aos dias atuais” (apud GUMBRECHT, 1973, p. 106). Onde uma afirmação – e, no melhor, uma ilustração – tomaram o lugar da realização de uma ainda indeterminada identidade nacional, a filologia germânica que pende do paradigma da história nacional cessou de ser capaz de produzir novas experiências. As sentenças com que Bartels apresenta a sétima edição da sua história literária em 1919 são, portanto, não apenas a expressão de uma obstinação política, mas também um sintoma da esclerose intelectual: “Não ultrapassamos um teste difícil, mas ao invés disso não desesperamos de nosso caráter nacional: pois mais do que nunca antes não vemos um único povo no mundo que poderia ocupar o lugar do melhor de nós, mesmo aproximadamente” (apud GUMBRECHT, 1973, p. 107 [itálicos adicionados]).

Que papel poderia sobrar para a filologia românica como uma disciplina irmã da filologia alemã – uma vez que ela não queria servir apenas para a produção de clichês negativos complementares? Espantosamente, a filologia românica também seguiu uma trajetória ascensional nas universidades alemãs durante a segunda metade do século XIX. Até 1850, cadeiras para professores efetivos de línguas românicas eram esporadicamente estabelecidas, com o ensino de línguas como uma única função (Halle, 1833; Marburg, 1836; Tübingen,

1844). Depois da metade do século cadeiras e institutos realmente proliferaram: Leipzig, 1862; Giessen, 1867; Heidelberg, 1871; Strassburh, 1872; Königsberg, 1872; Breslau, 1874; Münster, 1874; Würzburg, 1875; Kiel, 1876; Erlangen, 1879; Greifswald, 1881; Freiburg, 1882; Jena, 1883 (cf. GRÖBER, 1904-1906, p. 124). O fato de a filologia inglesa como uma disciplina acadêmica ter passado por um desenvolvimento similar – e não ter sido, por exemplo, integrada dentro da “filologia alemã” (cf. ROSENBERG, 1981, p. 58) – permite supor que a tendência de ascender de tais disciplinas não resultou nem de pressões internas da própria academia, nem se manteve numa relação de dependência ao estabelecimento do *Reich*, mas estava sim relacionada com a valorização do ensino de língua, especialmente nas escolas secundárias não clássicas. Já em 1846, o educador Ludwig Herrig tinha fundado um periódico hoje conhecido como o *Archiv für das Studium der Neueren Sprachen um Literaturen* (cf. MALKIEL, 1972, p. 9); começando em 1867, as línguas modernas viraram matérias oficiais na Prússia, e foram deste modo reconhecidas como matérias de exame acadêmico (cf. CURTIUS, 1947, p. 409). Portanto uma frágil continuidade se estabeleceu entre, de um lado, a filologia românica da época do patriarca Diez, com a sua cada vez maior concentração na linguística histórica, e, do outro, a filologia românica como uma disciplina que participava na formação de professores de língua.

A “frágil continuidade” se metamorfoseou em duas assimetrias que permaneceram até hoje na romanística. De um lado, existe a assimetria entre o campo da filologia românica, constituída pela linguística histórica, e a independência histórica das literaturas românicas específicas. Para Erich Auerbach restou encapsular esta primeira assimetria com a bela formulação: “O campo que eu represento, filologia românica, é um dos pequenos ramos na árvore do historicismo romântico, como se a *România* fosse um todo significativo para a experiência” (apud, SCHALK, 1967, p. 7). Por outro lado existe a assimetria entre os interesses da pesquisa da faculdade da universidade e a instrução requerida pelos potenciais professores de língua. O linguista Hugo Schuchardt é um caso a se apontar. Schuchardt doutorou-se em Bonn, em 1864, com uma tese pioneira sobre o latim vulgar (*De sermonis Romani plebei vocalibus*), e é característico que Friedrich Diez – ainda tão indisposto para os deveres do ensino – primeiro se deu conta do estudo de Schuchardt porque foi um membro do júri examinador. Schuchardt por sua vez identificou a filologia românica com a linguística românica e apreciou o seus métodos, orientados para as ciências

naturais, porque esta outorgava “unidade orgânica” (cf. RICHTER, 1928, p. 240) para o campo. Suas obrigações didáticas em relação aos seus últimos alunos em Graz tinham aspectos de um verdadeiro psicodrama:

Se ele não estava bem, suas aulas eram imediatamente canceladas. Repetidamente ele pediu licenças médicas de um ou dois semestres [...]. Ele se atinha [...] a tópicos nos quais ele podia falar sem preparação. O mais importante desenvolvimento da pesquisa acadêmica era considerada por ele ainda mais valiosa do que o ensino [...]. Não é preciso dizer que o seu público era sempre esparso. O seu tamanho caiu a uma velocidade constante; em Graz chegou ao ponto em que, num curso de italiano, ele “dava aula para apenas um aluno”. Ele pedia que a sua classe fosse à sua residência, uma vez que tonturas muitas vezes o tomavam no seu caminho para as aulas. Ele ficava bem contente com cinco ou seis alunos. Se mais aparecessem, era embaraçoso porque não havia muitas cadeiras [...]. A maioria das vezes, estudantes mais avançados o procuravam; ele nunca comunicava a eles conhecimento ortodoxo, mas os encorajava muito (RICHTER, 1928, p. 242).

E depois aprendemos:

Em contraste com muito *bon-vivant*, ele não tinha nenhum preconceito irônico contra mulheres que empreendiam trabalhos sérios. Ele saudou suas novas colegas mulheres com apreciação e cooperação. Se ficava surpreso pelo pensamento de que as mulheres pudessem se apresentar nas aulas dadas em sua casa, era porque ele dava as lições na cama, bem frequentemente, ou deitado no sofá em trajes questionáveis (RICHTER, 1928, p. 257).

Esta dupla assimetria – quase sempre inconveniente de lidar na rotina do trabalho diário de pesquisa e ensino – pode facilmente ter-se transformado num estímulo secreto para a filologia românica; como um encorajamento para o trabalho comparativo e como uma obrigação de buscar novos modos de ultrapassar a tensão entre faculdade e estudantes inerente à estrutura institucional da disciplina – e de alcançar um consenso.

Uma terceira assimetria, finalmente, residia no fato de a “filologia românica” como uma ciência alemã não podia ter sucesso em integrar os resultados da sua pesquisa no panorama da história nacional alemã. Este desafio para integração significativa de fato vigorava, de um lado, como um processo seletivo na carreira, como se mostra na biografia de filólogos como Erich

Auerbach, Werner Krauss, Yakov Malkiel, Leo Spitzer. Por outro lado, motivou a criação de dois manuais monumentais: o *Grundriss der romanischen Philologie* (começando em 1881) do professor de Strassburg, Gustav Gröber, e *Grundriss der romanischen Literaturen des Mittelalters* (começando em 1966) fundado por Erich Köhler e Hans Robert Jauss, em ambos os quais uma estrutura sincrônica para a apresentação do conhecimento (*Grundriss*) mantém-se em tensão significativa – ou em conflito inacreditável – com uma perspectiva diacrônica na pesquisa e no ensino (linguística histórica, desenvolvimento de gêneros).

“UN SOUFFLE D’ALEMAGNE AYANT PASSÉ”: FRIEDRICH DIEZ, GASTON PARIS AND THE GENESIS OF NATIONAL PHILOLOGICAL SCIENCES

REFERÊNCIAS

AMPÈRE, J. J. De la littérature française dans ses rapports avec les littératures étrangères au Moyen Age. **Revue des Deux Mondes**, t. 1, p. 22-34, 1833.

AUBERTIN, C. **Histoire de la langue et de la littérature française au Moyen Âge, d’après les travaux les plus récents**. Paris: E. Belin, 1874.

BÉDIER, J. **Les légendes épiques**. Recherches sur la formations des chansons de geste. Paris: Honoré Champion, 1929.

BEHRENS, D. Mitteilungen aus Carl Ebenau’s Tagebuch. *Zeitschriften*, band XVII, p. 128-887, 1895.

CERQUIGLINI, B; GUMBRECHT, H. (Ed.). **Der Diskurs der Literatur und Sprachhistorie**. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe. Frankfurt: Suhrkamp, 1983.

CERQUIGLINI, B. Éloge de la variante. **Langages**, v. 17, n. 69, p. 25-35, 1983.

CLARUS, L. **Darstellung der spanischen Literatur im Mittelalter**, 1. With a preface by J. von Görres. Mains, 1846.

CURTIUS, E. R. Bonner Gedenkworte auf Friedrich Diez zum 15. Marz 1944. **Romanisch Forschung**, bd 60, p. 388-410, 1947.

DIEZ, F. **Leben und Werke der Troubadours**. Ein Beitrag zur nähern Kenntniss des Mittelalters. 2. ed. Leipzig, 1882 [1829].

_____. **Die Poesie der Troubadours nach gedruckten und handschriftlichen Werken derselben dargestellt**. 2. ed. Leipzig, 1883 [1826].

D'IRSAY, S. **Histoire des universités françaises et étrangères**. Tome II. Paris: A. Picard, 1935.

DUGGAN, J. J. **The song of Roland: Formulaic Style and Poetic Craft**. Berkeley: University of California Press, 1973.

FOERSTER, W. Friedrich Diez. Amtliche Schriftstücke des Kgl. Ministeriums der geistlichen, Unterrichts – und Medizinal-Angelegenheiten in Berlin (*M*), des Kgl. Universitäts-Curatoriums (*K*), und der philosophischen Fakultät (*F*) der Universität Bonn. **Zeitschrift für romanische Philologie**, v. 17, p. 237-284, 1895.

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses: une archeology de sciences humaines**. Paris: Gallimard, 1966.

GALLE, E. Sozialpsychologische Überlegungen zu Rousseaus Autobiographie. **Freiburger literaturpsychologische Gespräche**, v. 1, p. 39-61, 1981.

GAUTIER, L. **Les épopées françaises**. Etudes sur les origins et l'histoire de la littérature nationale. Paris: Palmé, 1868.

_____. (Ed.). **La Chanson de Roland**. Texte critique, traduction et commentaire, grammaire et glossaire. 22. ed. Paris, 1895.

GENTRY, F. G. Mittelalterfeiern im 19. Jahrhundert. In: GRIMM, R.; HERMAND, J. (Ed.). **Deutsche Feiern**. Wiesbaden: Athenaion, 1977. p. 9-24.

GUMBRECHT, H. U. Mittelhochdeutsche Klassik. Über falsche und berechtigte Aktualität mittelalterlicher Literatur. **Lili**, v. 2, p. 598-610, 1973.

_____. Faszinationstyp Hagiographie. Ein historisches Experiment zur Gattungstheorie. Deutsche Literatur. In: CORMEAU, C. (Ed.). **Mittelalter - Kontakte un Perspektiven Hugo Kuhn zum Gedenken**. Stuttgart: Metzler, 1979a. p. 37-84.

_____. Ce sentiment de douloureux plaisir, qu'on recherché quoi qu'on s'en plaigne – Skizze einer Funktionsgeschichte des Theaters in Paris zwischen Thermidor 1794 un Brumaire 1799. **Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte**, v. 3, p. 335-373, 1979b.

_____. Das in vergangenen Zeiten Geschehene so gut erzählen, als ob es in der eigenen Welt wäre'. Versuch zur Anthropologie der Geschichtsschreibung, Formen der Geschichtsschreibung. In: RÜSEN, J. et al (Ed.). **Theorie der Geschichte**, 4. Munich, 1982. p. 480-513.

_____. Chants révolutionnaires, maîtrise de l'avenir et les niveaux du sens collectif. Interprétation ou pas? **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, v. 30, p. 235-256, 1983.

_____. History of Literature – Fragment of a Vanished Totality? **New Literary History**, v. 16, p. 467-497, 1985a.

_____. "Klassik ist Klassik – eine bewundernswerte Sicherheit des Nichts". Funktionen der Präsenz von französische Autoren und Texten des XVII. Jahrhunderts nach 1700. In: NIES, F.; STIERLE, K. (Ed.). **Die französischen Klassik**, Munich: W. Fink, 1985b. p. 447-494.

_____.; SÁNCHEZ J. J. Geschichte als Trauma/Literaturgeschichtsschreibung (vornchlich des XIX. Jahrhunderts) als Problemgeschichte zu erzählen. In: CERQUIGLINI, B.; GUMBRECHT, H. (Ed.). **Der Diskurs der Literatur und Sprachhistorie**. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe. Frankfurt: Suhrkamp, 1983. p. 333-366.

HÜLTENSCHMIDT, E. Tendenzen und Entwicklungen des Sprachwissenschaft um 1800: ein Vergleich zwischen Frankreich und Deutschland. In: CERQUIGLINI, B.; GUMBRECHT, H. (Ed.). **Der Diskurs der Literatur und Sprachhistorie**. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe. Frankfurt: Suhrkamp, 1983. p. 135-66.

IBROVAC, M. **Claude Fauriel et la fortune européenne de poesies populaires grecque et serbe**. Paris: Didier, 1966.

KÖRNER, J. François-Juste-Marie Raynouard. **Germanisch-Romanische Monatsschrift**, v. 5, p. 456-88, 1913.

KOSELLECK, R. Die Julirevolution und ihre Folgen bis 1848. In: BERGERON, L.; FURET, F. et al (Ed.). **Das Zeitalter der europäischen Revolutionen 1780-1848**. Frankfurt: Fischer Bücherei, 1969. p. 262-295.

_____. **Preussen zwischen Reform und Revolution, Allgemeines Landrecht, Verwaltung und soziale Bewegung von 1791 bis 1848**. 2. ed. Stuttgart: Ernst Klett Verlag, 1975.

KRAUSS, W. Das Mittelalter in der Aufklärung. In: BIHLER, R.; NOYER-WEIDNER, A. **Medium Aevum Romanicum** – Festschrift für Hans Rheimfelder. Munich: 1963. p. 223-231.

_____. **Zur Anthropologie des 18 Jahrhunderts**. Die Frühgeschichte der Menschheit im Blickpunkt der Aufklärung. Berlin (German Democratic Republic), 1978.

LANSON, G. **Histoire de la littérature française**. Revised and completed for the period 1850-1950 by P. Tuffrau. Paris, 1951.

LINCY, L. de. (Ed.). **Recueil de chants historiques français depuis le XIIe jusqu'au XVIIIe siècle**. Paris, 1841.

LINK, J. Chemische Lesbarkeit der Welt. **Bemerkungen zu Justus Liebigs Symbolgebrauch**, v. 30, p. 22-27, 1983.

LINK-HEER, U. Über den Anteil der Fiktionalist an der Psychopathologie des XIX Jahrhunderts. **Lili**, v. 51, p. 280-302, 1984.

LÜSEBRINK, H.-J. **“Cours de littérature” und “Education nationale”**. Zur Genesis un Konzeption von Literaturunterricht und Literaturwivaenschaft in Institutionen der Spätaufklärung, der Französischer Revolution und der napoleonischen Ära. In: CERQUIGLINI, B.; GUMBRECHT, H. (Ed.). **Der Diskurs der Literatur und Sprachhistorie**. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe. Frankfurt: Suhrkamp, 1983. p. 111-134.

LUHMANN, N. **Gesellschaftsstruktur und Semantik**. Studien zur Wissensoziologie der modernen Gesellschaft. v. 1. Frankfurt: Suhrkamp, 1980.

MALKIEL, Y. The first quarter century (and some Antecedentes). **Revue de Philologie**, v. 26, p. 3-15, 1972.

NISARD, D. **Histoire de la littérature française**. 16yh ed. v. 1. Paris, 1889.

OESTERREICHER, W. Historizität'und “Variation” in der Sprachforschung de französischen Apäaufklärung – ausch: ein Beitrag zur Entstehung der Sprachwissenschaft. In: CERQUIGLINI, B.; GUMBRECHT, H. (Ed.). **Der Diskurs der Literatur und Sprachhistorie**. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe. Frankfurt: Suhrkamp, 1983. p. 167-205.

PANZER, F. (Ed.). **Kinder und Hausmärchen der Brüder Grimm**. Wiesbaden, [s.d.].

PARIS, G. La poésie du moyen âge. In: _____. **La poésie du moyen âge**. Paris: Hachette, 1923 [1866]. p. 1-39.

_____. La Chanson de Roland et la nationalité française. In: _____. **La poésie du moyen âge**. Paris: Hachette, 1923 [1870]. p. 87-118.

_____. Paulin Paris et la littérature française du moyen âge. In: _____. **La poésie du moyen âge**. Paris: Hachette, 1923 [1881]. p. 211-254.

_____. James Darmester. In: _____. **Penseurs et poètes**. Paris, 1894. p. 1-61.

_____. **Préface**. In: G. Paris, 1929 [1895]. p. V-XV.

PARIS, P. Préface. In: _____. **Li Romans de Garin de Loherain**. v. 1. Paris, 1832. p. I-XX.

RICHTER, G. **Einführung in das Studium der Romanischen Philologie**. 2. ed. Heidelberg, 1928.

ROSENBERG, R. **Zehn Kapitel zur Geschichte der Germanistik. Literaturgeschichtsschreibung**. Berlin (German Democratic Republic): Akademie-Verlag, 1981.

SAINTE-BEUVE, C.-A. Histoire littéraire de la France, ouvrage commence par les Benedctins el continue par des membres de l'Institut. **Causeries du lundi**, v. 8, p. 273-290, 1853.

_____. *Li Romans de Berte aus grans pies*, precedes d'une dissertation sur les romans des Douze Pairs, par M. Paulin Paris, de la Bibliothèque du Roi. **Premiers Lundis**, v. 2, p. 75-79, 1885 [1832].

SCHALK, F. Einleitung. In: AUERBACH, E. **Gesammelte Ausätze zur romanischen Philologie**. Bern; Munich: Francke, 1967. p. 7-18.

SCHLEGEL, A. W. Geschichte der romantischen Literaturi. In: _____. **Kritische Schriften und Briefe**. v. 4. Stuttgart, 1865 [1802-1803].

STAËL, G. de. **De l'Alemagne**. v. 1. Paris: S. Balaye, 1968 [1813].

TOBLER, A. Briefe Von Friedrich Diez an Jacob Grimm. **Zeitschrift für Romanische Philologie**, v. 7, p. 481-493, 1883.

VOSS, J. **Das Mittelalter im historischen Denken Frankreichs**. Untersuchungen zur Geschichte des Mittelalterbegriffes von der zweiten Hälfte des 16. Bis zur des 19. Jahrhunderts. Munich: Wilhelm Fink, 1972.

ZUMTHOR, P. **Parler du moyen âge**. Paris: Éditions de Minuit, 1980.